UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais

CELSO MEDINA SANTOS

Integração Regional e Desenvolvimento:

O Caso da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO)

Orientador: Prof. Dr. João Paulo Cândia Veiga

Este trabalho foi realizado com o apoio financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, CNPq

São Paulo

2014

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais

CELSO MEDINA SANTOS

Integração Regional e Desenvolvimento:

O Caso da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO)

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Relações Internacionais
da Universidade de São Paulo (USP),
como requisito parcial para a obtenção do
título de Mestre em Relações
Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. João Paulo Cândia Veiga

São Paulo

2014

CELSO MEDINA SANTOS

Integração Regional e Desenvolvimento:

O Caso da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO)

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Relações Internacionais
da Universidade de São Paulo (USP),
como requisito parcial para a obtenção do
título de Mestre em Relações
Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. João Paulo Cândia Veiga

São Paulo, ____ de _____ de 2014.

Banca Examinadora

Orientador: Prof. Dr. João Paulo Cândia Veiga

2º Examinador: _____

3º Examinador: _____

APRESENTAÇÃO DA DISSERTAÇÃO

Esta dissertação foi realizada como requisito parcial para aquisição do título de mestre em Relações Internacionais pelo Instituto de relações Internacionais da Universidade de São Paulo (IRI-USP). Ela compreende dois artigos diferentes. No primeiro, discute-se a teoria da integração regional a partir de abordagens da Ciência Política e da Economia Internacional. Para tanto, desenvolve um estudo de caso a respeito do processo de integração regional na África, qual seja, compreender os resultados no domínio da cooperação econômica a respeito da CEDEAO (Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental). O argumento principal do artigo é o de que o processo pode ser lido de acordo com a perspectiva neofuncionalista da integração regional.

No segundo artigo avalia-se o efeito da criação da CEDEAO através do modelo Gravitacional. Trabalha-se com dados em painel e corrige-se o viés de seleção para estimar o efeito do acordo regional em termos de criação e desvio de comércio. Os resultados indicam que a CEDEAO nem promoveu a criação de comércio intra-bloco e nem produziu o efeito de desviar o comércio internacional com países de fora do bloco, em benefício dos membros.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço ao Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo (IRI-USP) e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) por me darem a oportunidade de desenvolver o meu projeto de pesquisa de mestrado, e agradeço todo o apoio recebido da secretaria de pós-graduação do IRI e seus valorosos funcionários que sempre me auxiliaram ao longo dos últimos anos.

De forma muito particular agradeço ao meu orientador, o Professor João Paulo, não só pelas orientações no âmbito deste trabalho, mas por todos os direcionamentos e caminhos de pesquisa que me abriu ao longo dos últimos dois anos.

Agradeço igualmente ao professor Amâncio Oliveira, pelo acompanhamento na fase inicial do projeto. Agradecimentos especiais aos professores do IRI pelas recomendações e pela disponibilidade em discutir o projeto em diferentes momentos: Professora Adriana Schor, Professora Cristiane Lucena, Professora Daniela Schettini e Professora Janina Onuki. Ainda a professora Lorena Barberia, do DCP-FFLCH e o Professor Luís Eduardo, da FEA.

Ao meu colega e amigo Rodrigo Nakahara, muito obrigado pelos muitos momentos em que se disponibilizou para partilhar conhecimentos. Agradeço a todos aqueles que leram os meus textos e apontaram correções nas diferentes fases da finalização da dissertação: Cláudia Lopes, Eurídice Monteiro, Fernando Mourón, Francisco Urdinez, Lisandra Pingo, João Gustavo Claudino, Jon Carvalho, Murilo Zacareli, Manuela Moreno e Ricardo Jorge.

Os meus agradecimentos vão também para os amigos, pela motivação ao longo desses dois anos: António Baptista Medina (Tóze), Daniel Medina, Júlio Herbert, Mónica Silva, Carla Silva, JMRamos, Natacha Magalhães, Tomé Fernando Bambo, Jorge Sanches, Anildo Rodrigues, João Paulo de Oliveira, João Evangelista Luz, Valdevino Santos, Jorge Nobre, Neila Delgado e João Manuel Moreno.

Finalmente, agradeço à minha família que sempre me apoiou nos momentos em que tive que ficar longe de casa.

ÍNDICE

I.	AS TEORIAS DA INTEGRAÇÃO REGIONAL E A CEDEAO	1
	1. Introdução	3
	2. Teorias de Integração Regional	4
	3. O Neofuncionalismo e a Integração na África: A CEDEAO em Perspectiva.....	11
	4. Conclusão	15
	Referências Bibliográficas.....	22
II.	PADRÕES DE COMÉRCIO E INTEGRAÇÃO REGIONAL: O CASO DA CEDEAO	26
	1. Introdução	27
	2. Apontamentos Teóricos	27
	3. A Realidade dos Números: As Estatísticas Descritivas	35
	4. Criação e Desvio do Comércio: Estimando pelo Modelo Gravitacional	37
	5. Apresentação do Procedimento Econométrico	39
	6. A Caracterização dos Dados e a Especificação do Modelo	42
	7. Apresentação dos Resultados.....	47
	8. Conclusão	51
	Referências Bibliográficas.....	53
	ANEXOS	57

LISTA DE TABELAS

TABELA 1: ESTATÍSTICA DESCRITIVA DOS DADOS.....	43
TABELA 2: TABELA DOS PERCENTUAIS.....	44
TABELA 3: TABELA DE CORRELAÇÕES.....	46
TABELA 4: TABELA DE REGRESSÕES	48

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Gráficos de elasticidades I	32
Figura 2: Gráficos de elasticidades II	33
Figura 3: Gráficos de Elasticidades III.....	34
Figura 4: Gráfico de distribuição dos erro - OLS	44
Figura 5: Gráfico de série temporal.....	47

LISTA DE SIGLAS

ANAD	Acordo de não Agressão e Assistência em Matéria de Defesa.
CEDEAO	Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental
COMESA	Mercado Comum da África Oriental e Austral
EU	União Europeia
NAFTA	Acordo de Livre-comércio da América do Norte
OMC	Organização Mundial do Comércio
OUA	Organização da Unidade Africana
SADC	Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral
UA	União Africana
UNCTAD	Conferência das Nações Unidas para Comércio e Desenvolvimento
ECA	Comissão Econômica da ONU para a África

I. AS TEORIAS DA INTEGRAÇÃO REGIONAL E A CEDEAO

Resumo: Neste artigo questiona-se porque é que, sendo o objetivo econômico a motivação inicial para o estabelecimento da CEDEAO, os fracos resultados constatados a esse nível não constituíram um impedimento à continuidade e ao avanço da integração. A contextualização histórica e política em diálogo com a teoria neofuncionalista da integração regional proporciona possibilidades de interpretação. O argumento principal é de que o desafio da segurança sub-regional obrigou à adição de objetivos políticos ao acordo econômico e arrastou o processo para o alargamento das áreas de cooperação. Entendendo que há uma nova convergência de interesses, se vai estar em constante busca de uma matriz institucional condizente com perfil dos objetivos que vão sendo adicionados, não deixando por outro, a integração de refletir o grau de envolvimento dos diferentes grupos nacionais que determinam o comportamento externo de cada país membro do bloco.

Palavra-Chave: Integração Regional; Neofuncionalismo; CEDEAO; Criação de comércio; Desvio de comércio; área de livre-comércio.

Abstract: The article questions why, given the economic objective the initial motivation for the establishment of ECOWAS, the poorly observed results were not an impediment to the continuation and advancement of integration. The interpretative insights were derived from historical and political context in dialogue with the neo-functional theory of regional integration. The article's main argument is that the challenge of sub-regional security led to the addition of political objectives. Understanding that there is a new convergence of interests, the bloc will be in constant search of a consistent institutional matrix including the objectives which were added, and on the other hand, reflecting the degree of involvement of the various national groups that determine the external behavior of each member country.

Keywords: Regional Integration; Neofunctionalism; CEDEAO, Trade Creation; Trade Diversion; Free Trade Area.

1. Introdução

Quando foi estabelecida em 1975¹, sob a influência diplomática da Nigéria, a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO)² tinha como objetivo aproveitar o alargamento do mercado para promover o desenvolvimento sub-regional. Para isso, foi logo definido o objetivo econômico e comercial como o principal motor do processo de integração. Porém, de uma ambiciosa agenda de redução de barreiras tarifárias e não tarifárias ao comércio intra-bloco, o processo viria a se revelar lento e com resultados mitigados, devido à incapacidade desde o primeiro momento em promover os incentivos para à cooperação econômica entre Estados. Esta incapacidade é, para muitos estudiosos, decorrente da dificuldade de integrar países ainda hoje caracterizados por assimetrias de tamanho, dotação de recursos e estágios de desenvolvimento. Ademais, são países com diferentes tradições linguísticas, culturais e históricas, perseguidos pela presença de constantes eventos que denotam certa instabilidade das instituições políticas domésticas. Com o tempo, assistiu-se a um ajustamento que permitiu aos seus membros manter certa liberdade em promover políticas comerciais com os parceiros extra-bloco. Essa liberdade fez com que os países membros deixassem de respeitar as regras da união aduaneira (e de criação de um mercado comum), formalmente um objetivo a ser alcançado. Dessa forma, a ideia de integração acabou esbarrando na frágil interdependência comercial entre os países integrantes do bloco ao mesmo tempo que se manteve incapaz de, ao longo dos anos quebrar a forte dependência da região relativo às cadeias produtivas e fluxos de comércio com os países extra bloco.

Nem mesmo o estabelecimento da livre circulação de pessoas na região em 1993 mudou o contexto do processo de integração. Na prática, acabou prevalecendo os critérios de uma área de livre-comércio desde 1975. Ao mesmo tempo, a integração e a cooperação, aparentemente, não foram paralisadas. Desde o final dos anos 1970 a CEDEAO começou a promover outras áreas de integração e cooperação, com destaque para as áreas de segurança e resolução de conflitos. Concomitantemente, as inovações de

¹ Tratado de constituição disponível em: <http://www.refworld.org/pdfid/49217f4c2.pdf> (acesso em 21 de janeiro de 2014)

² Países integrantes: Benin, Burkina Faso, Cabo Verde, Costa do Marfim, Gâmbia, Gana, Guiné-Bissau, Guiné-Conacri, Libéria, Mali, Niger, Nigéria, Senegal, Serra Leoa e Togo.

agenda e de institucionalização do acordo continuaram. Além de incluir permanentemente novos objetivos ao longo dos anos, a CEDEAO não estagnou no que diz respeito à evolução de seu arcabouço institucional, sendo que a última novidade foi a transformação do secretariado executivo em uma comissão, em 2006 como forma de garantir maiores poderes ao órgão executivo da comunidade.

Dessa forma, em que perspectiva pode-se explicar um processo de integração que começa a partir de incentivos econômicos e evolui para vários objetivos políticos, e não interrompe o seu aprofundamento institucional? O objetivo desse artigo é mostrar que a evolução apresentada pela CEDEAO, apesar das particularidades do seu espaço físico, político, cultural e histórico, apresenta as características de um processo que pode encontrar a sua explicação na teoria neofuncionalista.

Trata-se de empreendimento intelectual iniciado por Haas (1958). Apesar do seu reconhecido apego empírico à União Europeia, o neofuncionalismo é detentor de um corpo conceitual e metodológico que o confere grande capacidade de generalização. Assim, o presente trabalho mostra que a integração na região é, antes de mais nada, algo compatível com a definição neofuncionalista. Sabe-se que a integração, segundo o neofuncionalismo, é um processo de transferência de lealdades e expectativas das esferas nacionais para uma esfera regional institucionalizada, derivada da conjugação de interesses que variam com o andamento do próprio processo de integração (Haas, 1961).

Os elementos que associam a CEDEAO a uma explicação neofuncionalista são identificáveis se for feito um trabalho de leitura do processo na perspectiva da história da integração regional na África. A análise desse percurso mostra que é o desafio da segurança sub-regional que obriga a adição de objetivos políticos ao acordo econômico, o que arrasta todo processo para o alargamento das agendas e temas no processo de negociação. Como existe uma permanente reconfiguração e convergência de interesses, busca-se uma matriz institucional condizente com perfil dos objetivos que vão sendo adicionados. Uma outra indicação importante é a de que a integração não deixa de refletir o grau de envolvimento dos diferentes grupos nacionais que determinam o comportamento externo de cada país membro do bloco.

O debate aqui proposto segue dividido em duas partes. Na primeira, discute-se as principais teorias da integração regional. Na segunda, os esforços estão concentrados no tratamento do processo histórico e político da CEDEAO com o propósito de identificar

os elementos que incorporam o processo dentro de uma interpretação neofuncionalista da integração regional.

2. Teorias de integração regional

Do ponto de vista empírico, atualmente, são várias as etapas de integração regional, a começar pelos Acordos Preferenciais, as Zonas de Livre Comércio, as Uniões Aduaneiras, as Uniões Econômicas, além dos Mercados Comuns e das Uniões Monetárias. Podendo estes ser acompanhados de uma agenda política, tais etapas dos processos integrativos foram e são objeto de discussão acadêmica, especialmente da ciência política e por abordagens mais recentes da economia política internacional. Trata-se, portanto, de um tema de estudo que perpassa diferentes agendas de pesquisa. Em Ciência Política, o regionalismo é objeto de uma agenda intensa de pesquisa, e geradora de um referencial indispensável à compreensão e análise do tema.

Os federalistas foram os primeiros a pensarem na integração como um processo político, encontrando os seus antecedentes no pensamento medieval (Malamud, 2010). Entretanto, são as ideias de Immanuel Kant e o processo histórico nos Estados Unidos que viriam a servir de inspiração aos adeptos europeus como Altiero Spinelli, Jean Monnet e Robert Schuman, todos envolvidos na formulação de um projeto de federalismo Europeu (Malamud, 2010:12). O federalismo concebia a integração regional como um processo de criação de instituições e transferência voluntária de soberania no qual se destacava a permutabilidade entre o nacional e o supranacional. De modo que, o que se aplicaria ao federalismo nacional poderia ser transferido para a escala regional (Malamud, 2010:13). Dessa forma, o processo de institucionalização e democratização acabaria sendo concebido como um contínuo de aperfeiçoamento em direção à constituição de um Estado Federal Europeu.

Em decorrência da segunda Guerra Mundial emerge, em outra linha de pesquisa, a chamada teoria funcionalista que teve em David Mitrany o seu principal precursor. Apesar de assimilar elementos do federalismo, Mitrany propõe o regionalismo enquanto algo revestido de pragmatismo funcional que conduzisse não apenas à ideia de manter a paz, mas também a de construir a paz entre as Nações (Mattli, 1999:21). No seu trabalho mais conhecido "A Working Peace System and Other Writings" Mitrany (1943), rompe

com o vínculo tradicional entre autoridade e território, mediante a proposta do regionalismo projetado como um processo gradual de construção da paz. Por outro lado, e já apontando uma crítica ao federalismo, o funcionalismo não vê a transferência da soberania como uma fórmula, mas como o resultado de uma transferência da quantidade necessária de funções e meios condizentes com a amplitude de tarefas das instituições (Matlli, 1992:22). Em síntese, o regionalismo não teria uma motivação meramente política, mas algo que promoveria a criação de um quadro de cooperação partilhada e revestida de pragmatismo nas dimensões econômica e social (Matlli, 1992:22) capaz de levar a um desenvolvimento funcional por meio da provisão de bens comuns.

Servindo-se dos principais pressupostos funcionalistas, Ernst Haas (1958), no seu trabalho “The Uniting of Europe”, desenha as premissas do neofuncionalismo (Matlli, 1992:23). Na verdade, o neofuncionalismo começa pelo refinamento das considerações funcionalistas e parte em direção a um quadro analítico e metodológico de estudo do regionalismo, com ênfase no poder da tecnologia e na construção de um sistema de paz, em um claro apelo à dimensão utilitarista do método funcional (Matlli, 1992:23). A partir do neofuncionalismo iniciam-se os estudos dos atores do processo de integração situados fora da estrutura do Estado. As instituições regionais de caráter supranacional em um nível acima do Estado e as elites, como os partidos políticos e os grupos de interesse em um nível abaixo do Estado, são identificados como os atores do processo (Matlli, 1992:24).

Aos governos nacionais, lhes são atribuídos o papel criativo de gerenciar a interação e a heterogeneidade de interesses entre os dois níveis (i.e., supranacional e doméstico). A teoria neofuncionalista converge para uma contínua dicotomia entre o supranacional e o doméstico por um lado, e o político e o econômico, por outro (Haas & Schmitter, 1964).

Em contradição com o neofuncionalismo, o intergovernamentalismo define a integração como um processo de barganha entre os líderes dos governos (Matlli, 1992:28) em um jogo em que se procura um equilíbrio entre as soberanias nacionais (o interesse nacional) e os objetivos comuns aos parceiros. Andrew Moravcsik (1991) identifica as características desta corrente: a dinâmica é intergovernamental, e acontece em torno do menor denominador comum de barganha. A teoria procura misturar a noção realista de recursos de poder com o efeito da política doméstica. Existindo, por um lado, matérias de

interesse comum que são levadas a uma zona de barganha inter-estatal, enquanto nas questões de interesse dos Estados é o poder relativo que acaba por determinar o resultado final. Analogamente, os Estados pequenos são sempre comprados/compensados pelos grandes (Moravcsik, 1991:26). A barganha inter-estatal reflete o interesse nacional e o poder relativo, enquanto que os regimes moldam a relação inter-estatal, promovendo um panorama comum de provisão de informação, a fim de reduzir os custos e as incertezas da cooperação regional (Moravcsik, 1991:27). Para Moravcsik (1991), a diferença entre aquilo que se denomina de intergovernamentalismo institucional e o neo-realismo reside no fato de que o desenho dos regimes não depende apenas da relação de poder, mas também do interesse dos Estados, que alteram ao longo do tempo em consequência de mudanças domésticas. Os Estados não são “caixas pretas”, mas sim entidades representadas por governantes que são responsabilizados pela escolha dos eleitores.

Ainda no campo da Ciência Política, o institucionalismo supranacional teve sua identidade teórica construída em torno de duas ideias: - 1) quando a integração ocorre e durante o seu andamento existe a pressão por adaptações e reformas institucionais; e 2) a demanda por liderança política através das próprias instituições (Moravcsik, 1991:23). Em sua leitura, Moravcsik entende que o aumento das transações transnacionais entre os parceiros determina a intensificação ou o estreitamento das relações econômicas e sociais no interior da região. Já que as exigências de manejo da informação e dos custos aumentam, então haverá uma demanda por parte dos agentes transnacionais com vista à criação de regimes internacionais e organizações transnacionais. Os atores desse processo são, além do Estado Nação, os agentes econômicos transnacionais e as organizações (Autarquias, Órgãos governamentais, Comissões, Cortes de Justiça) com capacidade de assumir um papel persuasivo sobre os Estados (Malamud, 2010:18).

Já no campo da teoria econômica, Jacob Viner (1951) é considerado o precursor em estudos teóricos a respeito de processos de integração regional. Em seu trabalho seminal, “The Customs Union Issue”, Viner (1951) examina particularmente os casos de uniões aduaneiras e as projeta a partir de dois conceitos que ainda hoje marcam toda a análise econômica da integração regional: a criação e o desvio de comércio.

Preocupado com o efeito das uniões aduaneiras sobre o bem-estar, o autor concebe que o resultado de uma união aduaneira seria avaliado a partir do balanço entre os

benefícios da criação e os custos do desvio de comércio. A abordagem estática de Viner seria objeto de críticas contundentes de Robson (1998) e Balassa (1961), sobretudo a partir do momento em que trabalhos posteriores começaram a questionar o efeito da integração sobre os termos de troca, a equalização dos preços, os investimentos, entre outros efeitos.

A respeito desses efeitos, uma das primeiras críticas vem de Mundell (1964), economista preocupado em saber até que ponto a criação de áreas de integração regional poderiam afetar os termos de troca (*apud* Robson, 1998: 40). Este efeito pode ser observado, segundo Mundell (*apud* Robson: 40), se a criação do mercado integrado influi sobre a demanda por importações do resto do mundo. Segundo Balassa (1961:100), o desvio de comércio deterioraria os termos de troca enquanto a criação de comércio poderia melhorá-los se a região integrada for suficientemente grande para alterar os preços relativos.

A equalização dos preços dos fatores em consequência da integração regional é outra preocupação de autores que criticaram o modelo de Viner, entre eles Balassa (1961) e Robson (1998). Uma questão que não é resolvida pela teoria Ricardiana (1817)³ do comércio internacional. David Ricardo(1817) não fornece variáveis para desenvolver qualquer inferência sobre a equalização dos preços entre países, quando estes abandonam o estado de autarquia (Balassa; 1961:126) devido a impossibilidade de mobilidade dos fatores entre países.

Dessa forma, a solução é encontrada no modelo de Heckscher-Ohlin e os seus desdobramentos (Balassa, 1960:126). Pressupondo que os fatores de produção são agora dois, capital e trabalho, o que determina a participação dos países no comércio internacional é a dotação de fatores (Walker & John, 1966:573). Um dos desdobramentos fundamentais do modelo de Heckscher-Ohlin, sobre a equalização dos preços, é apresentado por Samuelson (1948), que parte do pressuposto da livre mobilidade de fatores entre as regiões, para tratar a questão da equalização dos preços em termos relativos e absolutos enquanto consequência do comércio internacional. Ela não será

³ Teoria das Vantagens comparativas, é apresentado por Balassa (1961:126) da seguinte forma: são dois países e dois produtos em que há apenas um fator produtivo, o trabalho, com plena mobilidade de trabalhadores dentro de cada país e especialização no comércio internacional por meio das vantagens comparativas, dada pela quantidade de trabalho empregado na produção por unidades.

apenas probabilística, mas inevitável. A primeira condição é que haja especialização parcial, com cada país produzindo ambos os bens. Mantendo esta condição, a abertura ao comércio conduziria imediatamente à equalização dos preços. Em segundo lugar, Samuelson vai afirmar que independentemente da dotação inicial de fatores, havendo mobilidade haveria obrigatoriamente equalização dos preços, mesmo que esta migração chegasse a atingir certo nível e depois estagnasse. Esse é um pressuposto que, segundo Balassa (1960), tornaria possível a equalização dos preços havendo integração regional, embora, segundo o autor, isso apenas deve ser considerado nas condições de equilíbrio geral (*idem*). Identificados os pontos críticos do conceito estático da integração é o próprio Balassa que fornece os elementos que inauguram uma leitura dinâmica do processo, ao defini-lo como a redução das várias formas de discriminação, em busca do crescimento econômico e do desenvolvimento numa determinada região. A proposta de Balassa (1960) é na literatura teórica a respeito da integração regional considerada uma leitura dinâmica já que pela primeira vez foram levados em consideração os fatores ‘crescimento’ e ‘desenvolvimento econômico’.

A primeira preocupação do autor é compreender como a dimensão do mercado poderia influir no crescimento econômico. Ele se apoia no trabalho empírico de Young (1928), enquanto aquele que pela primeira vez pensou a dimensão do mercado como fator que determina, facilita ou limita a produção industrial (Balassa, 1961). Assim, em termos mais gerais, chegou-se à hipótese de que dado o capital e os recursos naturais, pode-se aumentar a produtividade (renda) se houver disponibilidade de mercados mais vastos, decorrentes de processos de integração (Balassa, 1960). A consequência do processo seria a viabilização das economias de escala tanto internas como externas à firma⁴. Da mesma forma, o conceito dinâmico vai permitir que se teorize sobre os investimentos diretos externos como causa da integração regional (Balassa, 1960: 101).

O primeiro trabalho com esse recorte é o de Kindleberger (*Apud* Balassa, 1961:273), que acredita no efeito expansionista deste tipo de alargamento de mercados e, portanto, as empresas eficientes precisariam fazer investimentos para dar vazão ao novo perfil de

⁴ Considera-se que há efeito de escala na economia interna à firma, quando a tecnologia usada na produção leva à redução do custo por unidade na medida em que se aumenta a quantidade produzida. Em relação à economia externa, podemos considerar que este efeito pode acontecer, quando as inovações num setor específico levam à redução do custo de produção por unidade, a medida que se aumenta a quantidade produzida no setor.

demanda. A lógica é seguida por Balassa (1960:101) que defende que quanto maior é a dimensão do mercado, maior é a concorrência e, portanto, maior a capacidade de atrair investimentos. Assim, a política de integração deveria aumentar a credibilidade e a atratividade por investimentos diretos (FDI) através do alargamento direto da intensidade de capital produtivo ou, indiretamente, através da inovação tecnológica.

Em posicionamento crítico, Krugman (1991) afirma que ao se considerar o regionalismo como uma dinâmica de desvio e criação de comércio, deve-se aceitar que a liberalização multilateral do comércio seria sempre a melhor alternativa. Assim, segundo o autor, a teoria econômica tradicional perde em termos explicativos uma vez que se deve considerar que por trás da integração há sempre uma componente política (Krugman 1991:20). Tal questionamento parte das considerações vindas do modelo Ricardiano, por onde se pode enxergar que o comércio internacional é sempre mais benéfico do que em uma situação sem comércio (Feenstra, 2002). Porém, em contradição relativa às correntes dominantes na teoria do comércio internacional e ao seu próprio princípio geral, o tratado do GATT (*General Agreement on Tariffs and Trade*) de 1947 deixava, através do artigo XXIV, aberta a possibilidade de acordos regionais de comércio. Sendo a liberalização multilateral do comércio, o principal objetivo do GATT-WTO (atualmente a Organização Mundial do Comércio), alguns trabalhos acadêmicos vêm questionando as razões que deram origem ao artigo XXIV, às vezes considerando-o uma contradição inerente ao objeto do tratado como são os de Krugman (1993), Hilpold (2003) e Chase (2006).

Segundo Chase (2006), além de acomodar o caso da União Europeia e as reivindicações dos países em desenvolvimento, os Estados Unidos mantiveram o interesse em aberto a respeito da possibilidade de um acordo comercial com o Canadá. A salvaguarda do regionalismo, em um projeto de liberalização multilateral do comércio levanta questões interessantes para a economia política. A partir do momento em que se fala dos “termos de troca” e, conseqüentemente, em desigualdade de valores no mercado fica evidente que a abertura ao comércio internacional poderá criar ganhadores e perdedores, então se pode pensar o comércio internacional como uma questão que traz um elemento de política doméstica. A implicação é a de que qualquer que seja o nível de abertura, ou adesão a qualquer nível de integração, coloca-se sempre os aderentes à um bloco diante de um conflito distributivo interno (Lima & Santos, 1999).

A literatura que se dedica aos grupos de interesse tem mostrado que a manutenção ou a modificação de políticas comerciais sujeitas às instâncias decisórias domésticas sofrem pressões distributivas (Lima e Santos, 1999:121). Uma outra literatura vai procurar enfatizar uma relação de tensão entre as preferências dos eleitores e a necessidade de adoção de políticas comerciais (Edward et al., 2002:483). Pode acontecer a um governo ser, ao mesmo tempo, um maximizador de ganhos através de redução de tarifas e mostrar-se sensível à pressão dos grupos contrários às importações. No entanto, sensível também ao eleitorado o governo pode se sentir pressionado a desenvolver uma política comercial que provoque a queda dos preços domésticos e a melhoria do bem-estar. Nesse campo um dos principais trabalhos é apresentado por Kedron Bardwell (2002). O autor, ao analisar o comportamento do Congresso Norte-americano em relação à criação do Acordo de Livre-Comércio da América do Norte (NAFTA)⁵, conclui que as condições macroeconômicas conjunturais como o desemprego dispõem de um poder constrangedor sobre os processos decisórios que envolvem a adesão a projetos de integração regional (Bardwell, 2000: 596). Refletindo quase sempre no posicionamento do legislador, este é o típico caso em que os processos políticos acabam por servir de elo “catalisador dos sentimentos sociais” na formulação e execução da política comercial (Oliveira e Onuki, 2006).

3. O neofuncionalismo e a integração na África: A CEDEAO em perspectiva

Se a validade de uma teoria reside na sua capacidade de questionar os fenômenos sociais e formular hipóteses empiricamente verificáveis não é suficiente, no entanto, que ela seja apenas capaz de proporcionar práticas metodológicas e resultados, se não puderem ser generalizados. Isto significa que além de um método de ação investigativo, uma teoria que explica as causas de um fenômeno em um campo específico das Ciências Sociais deve poder fazer afirmações parcimoniosas, com base em leis gerais aplicáveis e/ou testáveis em mais de um país, uma região, ou em mais de um espaço de aplicação.

Trata-se de uma questão crucial quando a tarefa é trabalhar a perspectiva da integração regional fora do contexto da União Europeia. No campo da Ciência Política pode-se constatar que a base das formulações gerais feitas sobre a integração teve quase

⁵ North American Free Trade Agreement (NAFTA).

sempre o propósito de tentar explicar o caso europeu. É o caso de trabalhos de Mitrany (1948) Haas (1958), Moravcsik (1991), Mattli (1999). Dessa forma, tentar explicar a integração na África a partir da CEDEAO, com uma abordagem neofuncionalista, implica que seja questionada a sua validade científica a partir do princípio da generalização. Não são raras as vezes em que o neo-funcionalismo é apresentado como uma teoria da União Europeia. A sobreposição entre a discussão teórica e o estudo de caso está presente desde o início com a obra que funda o campo dos Estudos Europeus, *The Uniting of Europe*, de Haas (1958).

Não obstante a densidade empírica desse trabalho nos estudos sobre a União Europeia, o neofuncionalismo pelas mãos do próprio Haas é, em primeiro lugar, uma teoria da integração regional provida de um discurso e de uma cultura acadêmica aplicáveis em estudos comparados de integração regional, porque ela emerge enquanto posicionamento científico alternativo ao centralismo do poder na teoria neo-realista das Relações Internacionais e às insuficiências analíticas patenteadas pela própria teoria funcionalista de David Mitrany (Rosamond, 2005:238-239). Assim, mesmo considerando que há especificidades que caracterizam a integração africana, pelo seu poder de generalização, o neofuncionalismo é adequado ao estudo de uma experiência que precisará ser contextualizada a partir de um recorte analítico que combina abordagens da história e da política internacional. Conferir consistência ao argumento aqui apresentado impõe às etapas seguintes do trabalho que a experiência da CEDEAO seja apresentada com a sua devida inserção no contexto africano, acompanhada de explicações providas pelo corpo de concepções teóricas neofuncionalistas, extraídas da leitura de trabalhos de Haas (1958,1961,1964, 1974) e de Schmitter (1964,2005,2010).

O neofuncionalismo rejeita a visão estadocêntrica da integração regional, e desloca o foco para o papel das elites, a influência dos grupos de pressão, e as instituições. Haas e Schmitter (1961; 1964:710) definem a integração regional como um processo de transferência exclusiva de lealdades e expectativas de benefícios do Estado Nação para uma entidade regional, em que os atores dessa transferência são os governantes, as elites políticas e os grupos de interesse. Haas (1961) indica ainda que a integração seria um processo que demanda ainda um referencial institucional supranacional adequado, em um ambiente de convergência de interesses e homogeneidade política e ideológica regional.

Na verdade, a primeira referência com respeito ao regionalismo na África é a própria criação da Organização da União Africana (OUA), lançada em 1963, em Adis Abeba, em um momento em que muitos países Africanos procuravam se libertar da dominação colonial⁶. A OUA origina-se a partir de uma série de eventos que resultam num quadro de convergência de expectativas comuns celebrada pelos atores políticos e partidos forjado na luta colonial mas, certamente, com respaldo nas sociedades africanas em pleno processo de emancipação política e cultural. Os objetivos e o desenho institucional resultaram de um debate entre dois movimentos intelectuais e políticos: o movimento pan-africanista incorporado por líderes de movimentos de libertação nacional como Kwame Nkrumah do Gana, Kenneth Kaunda da Zâmbia, Jomo Kenyatta do Quênia e o movimento da Negritude fundado e liderado pelo Senegalês Senghor (Diouf, 1986). Segundo Diouf (1986), o projeto de Senghor teria sido inspirado no General De Gaulle, e propunha uma integração cultural, em que se considerasse e valorizasse a diversidade das manifestações dos povos africanos. Esta perspectiva esteve em disputa de protagonismo e afirmação na conferência constitutiva de Organização da Unidade Africana em Adis Abeba no ano de 1963. Porém, menos consensual, acabou por cair, derrotada pela perspectiva Pan-africanista de Kwame Nkrumah, que propôs uma integração política entre os estados africanos, devendo essa integração ser fortalecida pela cooperação econômica. A carta constitutiva da organização, resultou da afirmação do projeto de Kwame Nkrumah, e incorporava o espírito de uma África em busca do renascimento e afirmação da soberania e independência política dos estados africanos, além do protagonismo da cooperação político e econômica para o desenvolvimento. Na vertente política, os objetivos eram reforçar a solidariedade entre os Estados e os povos africanos, defender as soberanias, a integridade das Nações e a independência dos territórios. Já no âmbito econômico, a meta de longo prazo era a criação de um mercado comum africano. Nesse caso, o documento apontava para um processo que obedeceria a fases, devendo começar pelos esforços da coordenação e harmonização de estratégias em setores-chaves como os transportes, as comunicações, a educação e a cultura.

A ideia da integração econômica e de blocos sub-regionais só passa a ganhar importância a partir de finais dos anos 1960 e o início da década seguinte, quando a

⁶ As ex-colônias portuguesas viveriam ainda uma guerra colonial que começaria em meados de 1961 e perduraria até 1975.

integração de mercados ganha relevância no contexto regional. É concebendo a ideia do mercado comum como meta de longo prazo que se desenvolve o debate em torno do sub-regionalismo e se potencializa o surgimento das áreas de livre-comércio em escala sub-regional. Passos importantes nessa direção foram delineados nas Conferências da OUA (Organização da Unidade Africana) de Argel (1968), e de Adis Abeba (1970 e 1973).

Uma série de outros encontros aconteceu para a formação de um consenso mínimo em torno da criação de um mercado comum africano, até a declaração de Lagos de 1980 (Ferreira, 2005:70). Neste documento é reconhecida a importância do sub-regionalismo como etapa primária de um processo que deveria resultar na criação de um mercado comum africano. Esta fase (o sub-regionalismo) deveria fortalecer os mercados sub-regionais, tendo como suporte a coordenação de estratégias de industrialização e eliminação de barreiras tarifárias intra-Estados das sub-regiões integradas. O documento sugere que a partir do sub-regionalismo se poderiam desenhar estratégias de harmonização de políticas, planos de infraestrutura, além do desenvolvimento de políticas energéticas comuns. Porém, o sub-regionalismo africano não deve ser considerado um projeto original da OUA, mas sim da ECA, a Comissão Economia das Nações Unidas para a África. Na realidade, a literatura sobre a integração africana destaca a ECA como o principal organismo promotor do processo de integração no continente. Adedeji (2002) afirma que já na segunda sessão da comissão, realizada em 1960, a inserção da África no sistema internacional de comércio e uma perspectiva de industrialização como suporte ao comércio intra-africano foi o grande tema de análise na sede da comissão.

O sub-regionalismo é assumido explicitamente em 1962, com a proposta de criação de quatro sub-regiões de integração na África, através das resoluções de fevereiro (1961) e março (1962) da ECA. Já em um documento Elaborado pela ECA em 1990, depois do Plano de Lagos da OUA, a comissão reforçava a ideia de promoção das comunidades sub-regionais. As sugestões do documento de 1990 variam pouco em relação aos anteriores. Segundo o documento, as iniciativas deveriam convergir para a coordenação de políticas comuns na área de infraestrutura e para a promoção da liberalização do comércio⁷.

⁷ Documento disponível em: pachto://www.uneca.org/eca_resources/Publications/Publications_ESPD.htm (acesso em 15 de Fevereiro de 2014)

Os objetivos da integração em direção ao mercado comum Africano estão abaixo sintetizados: reforçar as comunidades econômicas regionais; estabilizar tarifas e outras barreiras comerciais, reforçar a integração setorial; estabelecer uma área africana de livre-comércio e uniões aduaneiras em cada uma das comunidades regionais até 2017; coordenar e harmonizar o sistema tarifário e não tarifário entre as comunidades regionais, com vistas a estabelecer uma união aduaneira continental até 2019; e, por último, estabelecer um mercado comum africano até 2023. Esse é o quadro de objetivos em que a integração na África se tem desenvolvido, ou seja, através de sub-regiões de integração, na qual destaca-se como objeto de análise empírica a CEDEAO. Um processo de negociação liderado pela Nigéria resultaria no tratado da constituição da CEDEAO, que seria assinado em 28 de Maio de 1975. Integrando outros quinze países⁸ de expressões lingüísticas diferentes, o objetivo era constituir uma união aduaneira em um período de quinze anos a contar da entrada em vigor do acordo em 1979 (Diouf, 1986: 81)⁹.

A história contada até aqui permite observar que um determinado padrão para a integração regional vai depender da confluência de interesses comuns nas esferas burocráticas e nos meios intelectuais nacionais. Em Haas (1964), encontra-se a ideia de que dadas essas condições, é esperado que aspetos de integração política e econômica convirjam para um contínuo enquanto objeto de análise. A integração africana, ao que parece, é um processo que revela uma convergência de interesses políticos comuns, quais sejam, o desígnio da libertação ao colonialismo, a afirmação das soberanias e independências nacionais, e a valorização das identidades; e o respaldo a esses objetivos políticos vai claramente ser encontrado através da institucionalização supranacional obtida com a criação da OUA e das organizações sub-regionais.

Pode-se ainda observar que a integração, embora seja endógena, ela é sensível às forças exógenas (Schmitter, 2010:27). De forma geral, admite-se um ambiente favorável ao regionalismo expresso tanto pelo artigo 24 do GATT (regionalismo econômico) como pelo artigo 52 da carta das Nações Unidas (regionalização e segurança internacional). Segundo Haas (1956:239), o ambiente gerado pelo artigo 52 reflete a desintegração do concerto das nações em lidar com o problema de segurança

⁸ Integrou inicialmente o bloco, a República Islâmica da Mauritânia. Posteriormente, esta nação acabaria por abandonar a comunidade que viria a aceitar a integração da República de Cabo Verde (independente somente em 1975).

⁹ Tratado disponível em: <http://www.refworld.org/pdfid/49217f4c2.pdf> (acesso em 15 de fevereiro de 2014).

internacional. Já Schmitter (2010:27), entende que este ambiente externo poderá ser favorável ou não, sobretudo no estágio inicial da integração. Em relação ao sub-regionalismo, especificamente no caso da CEDEAO, é fato que a influência da Organização da União Africana e da Comissão das Nações Unidas para a África converge com a visão dos atores domésticos na institucionalização sub-regional, sob a liderança das elites políticas nigerianas.

Um dos princípios gerais estabelecidos pelas teorias de integração regional é o de que “liderança é preciso”; cujo exemplo aqui é a liderança nigeriana no processo da CEDEAO. Tomando-se o processo da África Ocidental, constata-se com o esforço da liderança nigeriana, a presença de elementos que apontam para uma integração sub-regional utilitarista e funcional. Ainda anterior ao consenso em torno da influência da OUA e da ECA sobre o sub-regionalismo Africano, a Nigéria já buscava um quadro de integração econômica na África Ocidental. É também verdade que a posição nigeriana tem origem nos anos 1960, e é afirmada como uma perspectiva de integração em oposição ao projeto de Kwame Nkrumah (Gana). A Nigéria defendia o processo de integração através de blocos econômicos sub-regionais e estender-se em seguida para um mercado comum africano (Ojo, 1980:572).

Tal primazia do sub-regional sobre o regional africano e do econômico sobre o político explica-se, segundo Ojo (1980), pela ambição de transformar a região no principal mercado para a indústria doméstica nigeriana e utilizar a institucionalização regional como instrumento de barganha em escala global. Evidentemente, o acordo exigiu um demorado e complexo processo de barganha, em função das resistências inicialmente apresentadas pelo Gana e pelo Senegal, respectivamente liderados por Nkrumah e Senghor.

No tratado assinado em 1975 os artigos 12 e 13 propunham a liberalização do comércio entre os parceiros da comunidade, através de um gradual desmantelamento aduaneiro por grupos de Países e produtos. O artigo 25 reconhece as assimetrias entre os signatários do tratado, e estabelece a criação de um fundo compensatório em favor dos membros prejudicados com a queda das tarifas aduaneiras. O potencial produtivo deveria ser estimulado com base na cooperação e harmonização de políticas nos setores das telecomunicações, transportes, indústria e agricultura, de modo a incentivar a lógica das economias de escala.

O desenho institucional inicial tinha a seguinte estrutura: O comitê dos Chefes de Estado e de Governo, o Conselho de Ministros, o Secretariado Geral e um tribunal comunitário para garantir a observância da lei e da justiça e as interpretações das disposições do tratado (Yansane, 1977:75).

A afirmação inicialmente na CEDEAO do projeto Nigeriano (integração econômica funcional) é consistente com a afirmação neofuncionalista de que os principais fatores causativos da integração devem ser procurados na percepção das condições econômicas, políticas, sociais contemporâneas que convergem como uma espécie de denominador comum para integração e menos nos motivos históricos ou no argumento das identidades linguísticas, étnicas e culturais (Haas, 1961:367)¹⁰. O projeto Nigeriano, segundo Ojo (1980) era concebido para se iniciar como um processo sub-regional de implementação gradual de uma cooperação funcional, e de coordenação de políticas econômicas; deixava em aberto a hipótese de se estender de um mercado comum sub-regional para um mercado comum africano. Porém, como visto anteriormente, esta perspectiva só ganha importância e exequibilidade depois do seu reconhecimento pelas forças exteriores ao processo (ECA).

Por outro lado, se os interesses que marcam o pacto inicial da cooperação na CEDEAO, enquanto comunidade de integração, eram evidentemente econômicos, não significa que tais interesses deveriam permanecer imutáveis. O neofuncionalismo concebe a integração fundamentalmente como um processo e não um resultado (Schmitter, 2010:18-19), o que implica no entendimento de que um projeto de integração pode começar por um núcleo de interesses comuns, definido pelas condições de interdependência, em um ambiente socio-político em torno de questões conflitantes, condições que não serão imutáveis ao longo do tempo. A própria integração pode produzir diferentes efeitos, alguns não esperados (novos antagonismos) e, portanto, impor a reformulação de objetivos do projeto e a própria funcionalidade das instituições supranacionais. Uma das perguntas que Haas e Schmitter (1964) procuram responder é se a integração econômica entre um grupo de países impõe automaticamente a criação do pilar político ou se serão dois processos distintos. Até que ponto se poderá discernir um impulso político em um processo voluntário de integração econômica (Haas &

¹⁰ Tal afirmação ajuda a entender sobretudo a rejeição do projeto de Senghor do Senegal, na definição do modelo de integração da OUA.

Schmitter, 1964:705-707)? Segundo os autores, o caráter desta ligação é exclusivamente funcional, em que uma gradual politização de um processo inicialmente econômico, demonstra um erro de cálculo na identificação dos interesses e propósitos iniciais (Haas & Schmitter 1964:707). Conceber a integração como um processo implica aceitar a mutabilidade de aspectos contextuais, interesses, percepções de perdas e ganhos, presença de questões conflitantes, dificuldades de negociação, imposição de uma marcha adaptativa e de aprendizagem aos atores do projeto.

Um tema que inicialmente não foi entendido como fundamental no acordo de 1975, mas que viria a obrigar imediata resposta da CEDEAO, foi o da segurança sub-regional. Segundo Adeniji (1997), o econômico e o securitário foram consideradas duas questões independentes para a sub-região em 1975. A dimensão de segurança não foi considerada relevante. Porém, a própria desproporção em termos de tamanho e de recursos criava certa desconfiança em relação a uma eventual pretensão hegemônica da Nigéria na região. O próprio processo colonial gerou rivalidades na região entre ex-colônias francesas e inglesas, e risco de instabilidade política doméstica pós-independência. O registo de episódios, como o ataque das forças coloniais portuguesas em 1970, e um ataque de mercenários em 1971 à Guiné (Arieff, 2009), e o conflito fronteiriço entre Burkina Faso e Mali em 1974 (Dowrick, 1987) são antecedentes que levaram a assinatura por parte dos estados membros de um acordo de não agressão em 1977 e o acordo de não agressão e assistência à defesa nacional em 1981 (ANAD).

Entre 1990 e 1996, a CEDEAO foi obrigada a intervir militarmente na guerra civil da Libéria. Foi a primeira operação de *Peacekeeping* levada a cabo por uma organização regional ou sub-regional Africana. Apesar da dimensão operacional, ela ocorreu em um contexto em que a CEDEAO ainda não dispunha de um arcabouço institucional apropriado (um dispositivo legal adequado, um conselho de defesa, um comitê de defesa, um comando das forças aliadas) como constata Adeniji (1997). Portanto é o rumo dos acontecimentos e o despertar de novas demandas que impõem a presença do pilar *política regional* à atuação da CEDEAO. Aceitando que a CEDEAO fracassou na execução dos objetivos econômicos definidos pelo acordo de 1975, em inícios dos anos de 1990 os países membros voltam à mesa de negociação para acertar a reformulação dos objetivos e do desenho institucional. Com a falha no estabelecimento de uma união aduaneira, após 15 anos à data da criação da organização, os objetivos econômicos de 1975 viriam a ser reafirmados no documento de 1993 que atualmente rege a organização.

De modo complementar, o documento de 1993 estabeleceu o livre movimento de capitais e a circulação de pessoas entre os países membros da comunidade. A institucionalização seria alargada com a inclusão de um parlamento regional e um conselho econômico e social. A guinada política imposta pelo andar dos acontecimentos seria definitivamente institucionalizada pelo tratado de 1993. O artigo 58 estabelece como meta a criação de mecanismos de democratização, segurança sub-regional, estabilidade e paz. A alínea f) do artigo define como meta o estabelecimento de mecanismos de segurança sub-regional e de *Peacekeeping* apropriados aos desafios da região. A partir de 2006, o secretariado executivo foi extinto para dar lugar a uma comissão. A conclusão é a de que o não cumprimento dos objetivos econômicos se contrapõe a um, ao menos aparente, aprofundamento institucional da CEDEAO. A resposta para o paradoxo está em alguns dos próprios fundamentos neofuncionalistas aqui expostos. Em primeiro lugar, a interdependência econômica é uma condição necessária, mas não suficiente, para o avanço da integração. Isso implica que a dimensão econômica e o processo político sejam inseridos no contexto de um contínuo analítico e a integração interpretada como um processo resultante de percepções dos interesses mutuamente benéficos (e não imutáveis) ao longo do tempo.

Em segundo lugar, as questões de segurança colocadas na esfera sub-regional em inícios dos anos de 1970 fizeram com que a integração abandonasse a esfera meramente econômica, a ponto de, na revisão de 1993 do tratado da CEDEAO, a segurança, o meio ambiente, as migrações e a democratização viessem constar de uma nova agenda de cooperação sub-regional. Concomitantemente é necessário apelar à definição nuclear neofuncionalista da integração regional; integração como um processo de transferência de lealdades da esfera nacional para uma esfera institucionalizada regional. Esse alojamento institucional tem como base a maneira como o denominador comum é concebido pelas elites políticas, as burocracias estatais e políticas nacionais, e os grupos de interesse.

Logicamente que em um processo de integração, a política comercial adotada é aquela que em termos imediatos vai atingir o bem-estar das pessoas e os interesses dos grupos econômicos, e, portanto, o candidato principal a despertar interesses e disputas domésticas (consumidores, trabalhadores, sindicatos, grupos econômicos) vis-à-vis aos governos e diplomatas, nos jogos de barganha interna que determinam a formação das preferências nacionais na formulação/execução da política comercial. As estatísticas de

comércio exterior dos países da CEDEAO são sintomáticas de uma fraca interdependência intra-regional. Pautas de exportações pouco diversificadas e forte dependência das relações comerciais com a Europa levariam com que em 2009 apenas 7% do total das exportações (**Anexo J**) dos países do bloco fossem direcionadas aos parceiros do acordo. A fragilidade dos resultados comerciais intra-bloco podem ser entendidas como a causa das dificuldades que se vem encontrando na mobilização do interesse dos grupos de pressão domésticos, e o seu apoio ao aprofundamento do projeto de integração econômico, no caso específico, o objetivo de se avançar de uma área de livre-comércio para uma união aduaneira. Porém, esta estagnação não implicou que não houvesse a inauguração de novas áreas de cooperação, ou pelo menos a intenção de alargamento de áreas de cooperação e do próprio aprofundamento institucional.

Uma das razões para essa dinâmica pode ser a menor demanda antagônica dessas áreas ou um nível mais reduzido de intergovernamentalismo em tais negociações, o que teria permitido com que o nível de burocratização supranacional do tema fosse a alavanca do seu aprofundamento. Essa ideia permite a reflexão de que a integração avança onde há menor dependência do intergovernamentalismo e, portanto, menor pressão doméstica. As áreas de integração regional de menor pressão poderiam ser aprofundadas com o impulso da burocracia supranacional em rede com as elites políticas, intelectuais, e os burocratas nacionais interessados no processo. Esta hipótese eventualmente não resolve o problema aqui apontado mas abre pistas para trabalhos futuros.

Segundo Haas (1961) os consensos resultam de um esforço negocial de abrandamento dos antagonismos que necessariamente impõe a presença de indivíduos ou entidades mediadoras. Essa é uma das razões pelas quais se criam agências supranacionais. Uma das características dessas agências é o predomínio democrático das negociações, o que em princípio maximiza a representação de uma variedade de interesses. Um dos resultados dessa hipótese é o de que nem todas as áreas serão trazidas à negociação com a mesma carga de interesses. Muitas delas exigem conhecimento especializado, o que as tornam matérias de acesso exclusivo de burocratas, técnicos especializados, gabinetes de ministros ou de grupos bem organizados e com baixos custos de organização/mobilização para a ação coletiva.

Que a integração econômica é uma condição, mas não o exclusivo elemento do avanço da integração, poderá ser a grande conclusão do estudo em tela a respeito da CEDEAO. Este resultado é consistente com a teoria neofuncionalista aqui estudada, já que o neofuncionalismo concebe a integração como um processo, cujo percurso vai depender, em parte, dos próprios resultados produzidos. Um projeto que traz em sua gênese uma lógica desenvolvimentista mas que acabou por não conseguir impor a redução, por parte dos membros, da interdependência extra-bloco. Contrariamente ao pilar econômico, o projeto da África Ocidental marcou o seu ritmo próprio em termos de demandas de novos objetivos, como acontece com o reforço do pilar político e securitário sub-regional e as frequentes inovações de desenho institucional.

4. Conclusão

Este artigo tem como objetivo analisar o percurso histórico e político da CEDEAO e os elementos desse processo que o identificaram com a explicação neofuncionalista da integração regional. Como pode-se depreender dos argumentos aqui desenvolvidos, há vários elementos convergentes para a explicação da integração regional que começou a ser desenvolvida por Haas (1958), e que apesar de se basear empiricamente no caso da União Europeia, consegue prover uma teoria com poder de generalização. A origem da OUA, o impulso da ECA, a emergência do sub-regionalismo na África, o papel da Nigéria na Criação da CEDEAO, a evolução da dimensão econômica em direção à institucionalização, e o próprio desenho institucional em constante aprimoramento são constatações que testam a hipótese de que este processo de regionalização se encaixa naquela explicação segundo a qual a integração é um processo e não um resultado, as dimensões política e econômica caminham juntas, o entendimento das elites políticas é importante para o início, e as percepções das preferências nacionais limitam o aprofundamento da integração. O processo pode se apresentar mais lento no andamento dos acordos econômicos, mas a percepção de outros interesses proporciona outras dinâmicas e faz avançar a integração e a cooperação em múltiplas direções.

Referências Bibliográficas

ADEDEJI, A. History and prospects for Regional Integrations in Africa. **The Third Meeting of the African Development Forum**, Addis Ababa, 2002.

ADENIJI, O. Mechanisms for Conflict Management in West Africa: Politics of Harmonization. **ACCORD Occasional Paper**, storage.globalcitizen.ne, 1997.

ARIEFF, A. Still standing: neighborhood wars and political stability in Guinea. **The Journal of Modern African Studies**, V. 47p. 331-348, 2009.

BALASSA, B. A. **Teoria da Integração Econômica**, Tradução de Maria Gonçalves ; Maria Ferreira, Livraria Clássica, Lisboa, 1961. 445p.

BAIE, S.L. ; Bergstrand, J. H. Economic Determinants of Free Trade Agreements. **Journal of International Economics**. v. 64, p. 29– 63, 2004.

BARDWELL, K. The Puzzling Decline in House Support for Free Trade: Was Fast Track a Referendum on NAFTA. **Legislative Studies Quarterly**, v.25 n.4 , p. 591-610, 2000.

CHASE, K. Multilateralism compromised: the mysterious origins of GATT Article XXIV. **World Trade Review** , v. 5 n. 1, P. 1–30, 2006.

CHEN, M. X. ; SUMIT J. Third-Country Effects on the Formation of Free Trade Agreements. **Journal of International Economics**, v.82 n.2, p.238-248, 2010.

DIOUF, M. **Intégration Économique: Perspective Africaines**. Nouvelles Editions Africaines, Dakar, 1968, 281p.

DOWRCK, F. The Case concerning the Frontier Dispute (Burkina Faso/Republic of Mali). **The International and Comparative Law Quarterly**, v.36 n.4 , p. 893-903, 1987.

CERNAT, L. Assessing regional Trade Arrangements: Are Aouth–south RTAS more Trade Diverting? **Unctad, Policy Issues in International Trade and Commodities Study Series**, v.16, New York and Geneva, 2001.

EDWARD D. M.; HELEN V. M. ; ROSENDORF B. P. Why Democracies Cooperate More: Electoral Control and International Trade Agreements. **International Organization**, v.56, p. 477- 513, 2002.

ECONOMIC COMMUNITY OF WEST AFRICAN STATES- ECOWAS. **Treaty of Ecowas. 1993**. Disponível em: <<http://www.comm.ecowas.int/sec/?id=treaty&lang=en>>, acesso em 13 de julho de 2013

FACCHINI, G. et al. The Customs Union Issue: Why Do We Observe So Few Of Them? **Journal of International Economics** , v. 90, n. 1, Pages 136–147, 2012.

FERREIRA, M. E..Integração Económica em África: Poder e Identidade. **ORacismo, Ontem e Hoje**, CEAUP/FL Universidade do Porto, pp.65-85, 2008

HAAS, E. B. **The uniting of Europe**.Stanford University Press,1958.552p.

HAAS, E. B. Regionalism, Functionalism, and Universal International Organization, **World Politics**, v. 8, n. 2, p. 238-263,1958.

HAAS, E. B. International Integration: The Eurpean and the Universal Process. **International Organization**, v. 15, p. 366-93,1961.

HAAS, E B. ; SCHMITTER, P. C. Economics and Differential Patterns of Political Integration: Projections About Unity in Latin, **American International Organization**, v.18, p.705-737, 1964.

HAAS, E. B. Turbulent Fields and the theory of regional integration.**International Organization**, n.30, p. 173-212, 1976.

HILPOLD, P. **Regional Integration According the Article XXIV GATT** – Between Low and Politics. In A Von Bogdandy ; R. Wolfrum (Ed), Max Planck yearbook of United Nation Law, 2003, v.7, p. 219-260

KOREMENOS, B.; LIPSON, L. ; e SNIDAL, D. The rational design of international institutions.**International Organization** , v. 55 n. 4, 2001.

KRUGMAN, P. The Move Toward Free Trade Zones. In: Policy Implications of Trade and Currency Zones. **Proceedings of a Federal Reserve Bank of Kansas City symposium**, pp. 7 –41, 1991.

KRUGMAN,P. Regionalism Versus Multilateralism: Analytical Notes. In DE MELO J; PANAGARIYA, A. (Ed) **New Dimensions In Regional Integration**, Center Of Economic Politics And Research, 1993, P.58-78

LEONTIEF , W. Domestic Production and Foreign Trade; The American Capital Position Re-Examined. **American Philosophical Society**, v. 97 n. 4 , pp.332-349, 1953.

LIMA, M. R. S. D. ; SANTOS, F. O Congresso Brasileiro e a Política de Comércio Exterior. **Trabalho apresentado no XXI Encontro da Latin American Studies Association (LASA)**, Chicago, 24-26 de setembro, 1998.

MALAMUD, A.The Internal Agenda Of Mercosur: Interdependence, Leadership and Institutionalization. In: JARAMILLO G. (Comp.). **Mercosur: Nuevos Horizontes, Perspectivas Comparadas**,Ecuador,2008. p.115-135

MALAMUD, A. Theories of Regional Integration and the Origins of MERCOSUR. In: FILHO. M. ; LIXINSKI L.D; BELÉN M. OLMO, (Ed.). **The Law of MERCOSUR. Oxford: Hart Publishing**, 2010, p. 9-27.

MATTLI, W. **The Logic of regional Integration: Europe and Beyond**. Cambridge University, 1999.197p.

MILNER, H. Interest, Institutions and Information: Domestic Politics and International Relations. **Princeton: Princeton University Press**, 1997.

MORAVCSIK , A. Negotiating the Single European Act: National Interests and Conventional Statecraft in the European Community. **International Organization**, v.45, p.19-56, 1991.

MITRANY, D.A **Working Peace System**, Chicago, Quadrangle Books, 1946.221p.

MORONEY, J. R. ; WALKER, J. M. A Regional Test of the Heckscher-Ohlin Hypothesis.**Journal of Political Economy**, v.74 n. 6 p. 573-586, 1996.

MUNDELL, R. A. Tariff preference and the terms of trade.**the Manchester School**, v. 32, p. 657-664, 1964.

OJO, O. Nigeria and the Formation of ECOWAS. **International Organization**.v.34, n.4, p. 571-604, 1980.

OLIVEIRA, A. ; ONUKI, J. Eleições, Política Externa e Integração Regional. **Sociol. Polit**,v. 27, p. 913-29, 2006.

ORGANIZATION OF AFRICAN UNITY:OUA .**Charter de L'OUA**. Adis Abeba, 1963.

ORGANIZATION OF AFRICAN UNITY: OUA. **Lagos Plan of Action for the Economic Development of Africa, 1980–2000**,1982, Disponível em: <http://www.uneca.org/itca/ariportal/docs/lagos_plan.PDF>, acessado em 12 de Janeiro de 2014.

PHILIPPE C. S. Ernst B. Haas and the legacy of neofunctionalism.**Journal of European Public Policy**. v.12 n. 2, p. 255-272, 2005.

PHILIPPE C. S. **A Experiência da Integração Europeia e Seu Potencial para a Integração Regional**. Tradução dePlínio Dentzien, Lua Nova, São Paulo, 2010 v. 80 p.9-44.

ROBSON, P. **The Economics of International Integration**, Fourth Edition, Routledge, London and New York, 1998. 333p.

ROSAMOND, B. The uniting of Europe and the foundation of EU studies: Revisiting the neofunctionalism of Ernst B. Haas. **Journal of European Public Policy**, v.12n. 2, p. 237-254, 2005.

SAMUELSON, P. A. Source International Trade and the Equalization of Factor Prices, **The Economic Journal**, v.58 n. 230, p. 163-184, 1948.

UNITED NATIONS ECONOMIC COMMISSION FOR AFRICA: UNNECA .**The African Alternative Framework to Structural Adjustment Programme for Socio-Economic Recovery and Transformation.**Addis Adaba, 1989.

UNITED NATIONS ECONOMIC COMMISSION FOR AFRICA :UNECA . **Defining Priority for regional integration.** AFD III, Adis Abeba, 2002.

UNITED NATIONS: UN . Treaty of the Economic Community of West African States (ECOWAS) Concluded at Lagos on 28 May 1975. **Treaty Series**, No 14843. 1976

VINER, J.**The Customs Union Issue**, New York, Carnegie Endowment for International Peace, 1950, 145p.

WALTZ, K. N. Structural Realism after the Cold War, **International Security**, v.25 v. 1 p. 5-41.2000.

WORLD TRADE REPORT : WTO : **World Trade Report 2007, Seccione B.2 a B.6, 2007**,
Disponivel em<http://www.wto.org/english/res_e/booksp_e/anrep_e/world_trade_report07_e.pdf>, acessado em 30 de agosto de 2013.

YANSANE, A.The State of Economic Integration in North West Africa South of the Sahara: The Emergence of the Economic Community of West African States (ECOWAS). **African Studies Review**, v. 20 n. 2 , p 63-87, 1977.

II. PADRÕES DE COMÉRCIO E INTEGRAÇÃO REGIONAL: O CASO DA CEDEAO

Resumo: O objetivo deste artigo é avaliar o efeito dos instrumentos de política comercial sobre os volumes bilaterais de comércio entre os países da CEDEAO, aplicando o modelo Gravitacional. Trabalhando com dados em painel e corrigindo o viés de seleção, estimamos o efeito do acordo em termos de criação e desvio de comércio. Os resultados revelam que a CEDEAO, não desviou comércio, porém apresenta um efeito pouco expressivo do comércio intra bloco sobre o total dos fluxos dos países que fazem parte do acordo. A variável que captura o efeito da criação de comércio não é estatisticamente significativa.

Palavras-chave: Comércio Internacional; Desvio de Comércio; Criação de Comércio; Modelo Gravitacional, Seleção.

Abstract: This paper attempts to evaluate the effect of trade policy instruments on bilateral trade volumes amongst countries of ECOWAS applying a Gravitational Model. Using panel data and correcting for selection bias, we estimate the effect of the agreement in terms of trade creation and trade diversion. Results show that ECOWAS did not diverted trade, but had a small effect on intra block trade. The variable that captures the effect of trade creation is not statistically significant.

Key words: International Trade; Trade diversion, Trade Creation; Gravity Model, Selection.

1. Introdução

De maneira geral, o processo de integração regional obedece ao conceito de criação de blocos econômicos naturais, ou seja, segundo o critério de contiguidade geográfica ou fronteira. Essa condição, porém, não é por si mesma uma garantia para a ocorrência de grandes volumes de comércio entre países. Especificamente, tratando-se da Comunidade Econômica de Estados da África Ocidental (CEDEAO)¹¹ observa-se que os recursos naturais têm sido o principal incentivo para a constituição das cadeias produtivas que inserem a região no comércio internacional. Os dados desagregados indicam que os maiores parceiros dos países da CEDEAO continuam sendo as economias mais avançadas da Europa ocidental ou da Ásia, com uma estrutura de exportação concentrada em poucas indústrias extrativas e de bens agrícolas: petróleo e derivados, pescados e cacau (**Anexo D**).

Outro dado importante diz respeito ao desequilíbrio macroeconômico entre os países do bloco. Apenas a Nigéria representa mais de 70% do total das exportações dos países da CEDEAO, sendo que mais de 70% das exportações nigerianas estão concentradas no comércio de petróleo e derivados (**Anexo E**). Os dados também mostram que a estrutura do comércio intrabloco não foge à esta realidade. Nigéria, Costa do Marfim, Senegal e Gana continuam a ser, com a companhia do Togo, os principais exportadores para o mercado regional (CEDEAO). Com relação ao pequeno grupo dos principais países exportadores, a exceção é o Senegal, por contar com o Mali no topo da lista dos principais mercados de destino das suas exportações em 2010. Nenhum outro país membro do acordo surge na lista dos dez principais parceiros dos principais exportadores da comunidade. A fraca interdependência comercial intra-africana é uma razão sobejamente forte, segundo alguns autores, para que seja questionado o impacto da integração regional sobre os fluxos bilaterais de comércio em todo o continente. Utilizando o modelo gravitacional¹², aplicado aos 41 países da África ao sul do Saara, Longo and Sekkat (2004) não encontram evidências de criação ou desvio de comércio

¹¹ Países integrantes: Benin, Burkina Faso, Cabo Verde, Costa do Marfim, Gâmbia, Gana, Guiné-Bissau, Guiné-Conacri, Libéria, Mali, Niger, Nigéria, Senegal, Serra Leoa e Togo.

¹² O modelo é utilizado para estimar as determinantes de volumes de comércio bilateral. O pressuposto principal é de que o comércio entre dois países é determinado positivamente pelo tamanho e negativamente pela distância.

associados à criação de áreas de livre-comércio. Magge (2008) estima o modelo gravitacional controlando pelos efeitos fixos e também não encontra significância estatística para a variável que mensura a criação de comércio na CEDEAO. Por outro lado, as estimações de Cernat (2001) mostram evidências de criação de comércio em três blocos sub-regionais de integração, quais sejam: CEDAO, COMESA e SADC¹³. Coulibaly (2004) apresenta a CEDEAO como um criador líquido de comércio, apontando em direção aos resultados obtidos por Cernat; a CEDEAO teria criado mas não desviado comércio. Tal dissenso pode ter várias explicações. As referências acima sugerem um quadro interessante para o questionamento do impacto da dimensão comercial do acordo regional. Sob as condições detalhadas anteriormente questiona-se: qual tem sido até ao momento o efeito (criação e desvio de comércio) do acordo comercial que institucionalizou a área de livre-comércio? O objetivo deste trabalho é testar uma hipótese corrente na literatura acadêmica que apresenta a CEDEAO como um bloco cujo desempenho é positivo, ou seja, ele é um promotor líquido de comércio. Em outras palavras, o bloco criou comércio e não desviou comércio vis-à-vis terceiro mercados.

A referência teórica para a análise do efeito do acordo acerca da criação e/ou desvio de comércio é fornecida pelo próprio Jacob Viner (1950). O autor mostra que a avaliação do efeito dos acordos de integração regional pode ser feito através da estimação do desvio e da criação de comércio gerado na sequência da política tarifária acordada. O balanço resultante da análise dos custos do desvio e dos benefícios da criação de comércio poderá ser um bom indicativo do efeito sobre as economias dos grupo integrado. Alguns autores tentaram estimar a amplitude desses efeitos na CEDEAO, utilizando o cálculo da elasticidade renda. No comércio internacional, o cálculo da elasticidade renda das exportações e das importações é fundamentado com base no argumento de que a renda nacional, mensurada por meio do PIB per capita¹⁴, acaba por determinar a direção do comércio entre os países. Elis J. Mark & Philip Morgan (1984) utilizaram a referida metodologia no estudo da CEDEAO.

O método de estimação é, no entanto, objeto de críticas que o fez perder espaço nos trabalhos de referência. A crítica mais citada é a de autoria de Wylie (1995). Ele realça que o cálculo da elasticidade omite importantes impactos dos efeitos dos acordos em um contexto

¹³ CEDAO: Comunidades de Estados da África Ocidental/ COMESA: Mercado Comum da África Oriental e Austral / SADC: Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral.

¹⁴ Produto Interno Bruto (PIB) sobre a população total de um país. O PIB diz respeito a toda a produção anual de bens e serviços produzido dentro do território de um país por empresas nacionais e estrangeiras.

teórico de equilíbrio geral (Magee, 2008:350). Evoluções recentes apontam o modelo Gravitacional como aquele que proporciona estimações mais consistentes a respeito do registro do desvio e da criação de comércio. O princípio de que o volume de comércio entre dois países é positivamente influenciado pelo tamanho e negativamente influenciado pela distância confere ao modelo uma identidade teórica própria e um poder de resposta empírica bastante elogiado pela literatura. O modelo permite a inclusão de diferentes controles e a extração do efeito dos acordos sobre os fluxos de comércio bilateral por meio de duas *dummies*; uma que informa sobre o efeito da criação e outra que informa sobre o desvio de comércio.

Outro problema que o modelo permite resolver de forma satisfatória é a presença da heterogeneidade e do viés de seleção decorrente da observação de volumes de comércio bilateral igual a zero nas bases de dados. Esses dois casos são constatados no banco de dados do presente estudo. Dessa forma, faz-se necessário seguir a literatura que propõe o tratamento da constatação do volume zero de comércio como a presença de viés de seleção. Como o banco de dados cobre o período de 1980 a 2009, o método econométrico aplicado é desenvolvido por Verbeek & Nijman (1992).

Em um primeiro estágio os autores estimam um Probit¹⁵, em que os volumes de comércio superior a zero recebem o valor um, e em um segundo estágio estima-se o modelo de efeitos aleatórios, para os fluxos observados do comércio. No trabalho argumenta-se que só é possível estimar o modelo de efeitos aleatórios se forem controlados pelos efeitos fixos não observados. Com base em trabalhos desenvolvidos para o modelo Gravitacional, mostramos que tal efeito pode ser controlado se forem incluídos algumas *dummies* nas estimações, como os de efeitos fixos de anos, do país exportador e do país importador. Estima-se o modelo gravitacional corrigindo o viés de seleção e controlando pelos efeitos fixos (anos, país exportador e país importador), com dados em painel entre 1980 e 2009. Nesse caso, encontra-se um efeito positivo e estatisticamente significativo para a variável *dummy* de comércio extra-bloco, o que indica que a CEDEAO não desviou comércio. A variável referente ao comércio intra-bloco, apesar de positivo, é estatisticamente não significante. Mediante este resultado,

¹⁵ É do tipo de modelos de regressão cuja variável dependente é tratada como uma resposta binária (variável dependente assume os valores um ou zero). É estimado através de uma função de máxima verossimilhança, que maximiza a probabilidade de o evento ocorrer.

discute-se as razões presentes na literatura que levariam o bloco a registrar tal resultado, por alguns autores, considerado inesperado. O resto do trabalho respeitará a seguinte estrutura. No segundo ponto faz-se a revisão teórica, no terceiro apresenta-se e a estatística descritiva no que diz respeito à estrutura do comércio na CEDEAO, no quarto, quinto e sexto pontos apresenta-se a metodologia e a caracterização dos dados, e no sétimo ponto apresenta-se os resultados e a sua discussão de mérito.

2. Apontamentos Teóricos

A criação e o desvio de comércio como resultados possíveis da regionalização comercial são definições conceituais que praticamente inauguram a própria teoria econômica da integração regional. Além de se apresentar como a primeira tentativa de definir a integração econômica regional, *The Customs Unions Issue*, da autoria de Jacob Viner (1950), é desde logo a referência que traz a problematização do impacto dos efeitos da integração – criação e desvio do comércio - sobre a produção, os preços e, de forma geral, sobre o bem-estar.

Tomando-se como referência as uniões aduaneiras, Viner (1950:05) define a integração regional como: I) A eliminação de tarifas de importação entre os membros da comunidade; II) A imposição de uma tarifa externa comum a importações vindas de fora da região; e III) A repartição das receitas aduaneiras entre os membros da comunidade de acordo com uma fórmula combinada. Em presença de tal definição, o autor identifica, então, a criação e o desvio do comércio como dois dos efeitos possíveis. Na ótica teórica do modelo proposto, haverá criação de comércio quando, saindo de uma situação sem acordo para uma situação de acordo de estabelecimento de uma união aduaneira, os *outputs* de uma indústria nacional forem substituídos por importações do país parceiro a um preço mais baixo. Porém, pode também ocorrer o desvio de comércio. Este acontece quando no mercado nacional se dá a substituição de um bem proveniente do mercado internacional pelo mesmo bem proveniente do país parceiro a um preço mais alto. Com esta formulação, fica concepção de que a integração econômica regional pode provocar alterações nos preços relativos e interferir nos níveis de bem-estar. Os ganhos ou não da integração, portanto, poderão ser avaliados a partir do balanço entre os benefícios da criação e os custos do desvio de comércio; e, em última instância, pelo impacto desses custos e benefícios sobre a economia.

Embora as uniões aduaneiras sirvam de referência para tais definições no trabalho de Viner, os conceitos de desvio e criação de comércio, além de se manterem atualizados enquanto temas em agendas de pesquisa, poderão ser trabalhados nos estudos acerca de outros níveis de integração: zonas de livre-comércio, mercados comuns e uniões econômicas¹⁶. Pois é exatamente o que vem acontecendo em trabalhos mais recentes. Na atualidade, deparamo-nos com inúmeras tentativas de modelagem teórica e econométrica acerca da criação e desvio do comércio em trabalhos que se propõem a estudar os acordos comerciais que resultam em blocos econômicos regionais segundo os diversos níveis de integração. Um caso que, de forma muito particular, tem chamado a atenção dos pesquisadores são as áreas de livre comércio. Elas podem ser definidas como acordos comerciais mais rasos e flexíveis porque a perda de autonomia é relativamente menor, quando comparado com outros níveis de integração, pois: I) os membros mantêm a sua autonomia na fixação das taxas aduaneiras com países terceiros; e II) a área está equipada com a regra de origem. Em tese, se a primeira regra assegura maior autonomia de política comercial aos membros, a segunda resulta do poder que cada estado membro conserva em termos de fixação das taxas aduaneiras contra terceiros países. O objetivo principal é evitar o redirecionamento das importações através dos membros que conseguem manter baixas tarifas com terceiros, é o *trade deflation* segundo Peter Robson (Robson, 1998:28). A presente autonomia de política comercial vis-à-vis terceiros mercados, é, no entanto, um dado que tem sido objeto de crítica uma vez que se pode questionar a eficácia ou o poder das áreas de livre-comércio em criar ou desviar comércio. Bagwell & Staiger (1997), por exemplo, questionam se as áreas de livre-comércio promovem de fato o bem-estar. Segundo Robson (1998:28), similares às uniões aduaneiras, as áreas de livre-comércio podem criar ou desviar comércio, porém, é necessário considerar importantes diferenças entre as duas fórmulas alternativas de integração. Vários modelos são desenvolvidos por Peter Robson, sendo que interessa aqui a comparação feita entre as condições de criação de comércio em uma área de livre-comércio comparando com uma união aduaneira.

Ilustrado pelos gráficos abaixo (Figuras 1, 2 e 3), podemos ver como se formariam os preços entre dois países antes e depois de um acordo.

¹⁶ Magee (2008), por exemplo aplica o método para estudar apenas as áreas de livre comércio

Na figura 1 pode-se ver que o preço no mercado internacional seria dado em P_W , mas em função das tarifas alfandegárias o preço no país **H** (*Home country*) seria conferido em $P_W T_H$ enquanto que o preço no país **P** (*Partner country*) seria dado em $P_W T_P$.

Figura 1: Gráficos de elasticidades I¹⁷

Em um primeiro caso, assume-se que **H** e **P** apresentam condições de demanda semelhantes de um bem, mas que **H** apresenta um sistema produtivo ineficiente e que **P** apresenta uma curva de oferta relativamente elástica, porém, abaixo da elasticidade do mercado internacional. Sem o acordo de livre-comércio, **P** produz e consome **M**, a um preço T_P . O país **H** produz **L**, mas consome **N**. A diferença **LN** em **H** poderá ser importada a um preço P_W dado pelo mercado internacional, mas o preço interno é estabelecido em T_H , por conta das tarifas que lhe confere um ganho de receitas em $LN \cdot P_W T_H$. Formada a zona de livre-comércio com as tarifas dando um preço em T_P , a oferta em **H** seria igual à $OM + OL'$, ainda assim inferior ao que seria a curva da demanda igual $OM + ON'$. No entanto, a diferença $L'M$, relativa ao crescimento da demanda no país **H** poderia ser perfeitamente suprida pela elasticidade da oferta do país **P** ao preço T_P . Então, seria benéfico para **H** e para **P**, que **P** suprisse a demanda $L'N'$ ao preço T_P e parte do seu mercado doméstico dado em OL'' , deixando que o restante do mercado dado em $L''M$ fosse abastecido ao preço P_W , dado pelo mercado internacional.

¹⁷ Fonte dos Gráficos: Página 21, Peter Robson (1998)

Percebe-se segundo este modelo que, para o país **H**, o efeito no consumo **c** mais o efeito na produção **a** representam a criação do comércio (teoria de Viner), superando o desvio de comércio dado pelo retângulo **b**. Por outro lado, o ganho para as receitas de Estado do país **H**, decorrentes do imposto aduaneiro, é transferido para o consumidor, não representando, segundo o modelo, uma perda de rendimentos para a economia do país. Já **P** manter-se-ia no mesmo nível de produção e consumo, comparado com o período anterior à criação da zona de livre-comércio, porém, com ganhos para as receitas do Estado decorrentes do aumento de importações no país **P**, para suprir a demanda **L''M**. A conclusão deste equilíbrio é que uma área de livre-comércio nestas condições seria vantajosa para os países **H** e **P** e para o resto do mundo. Nessas condições de oferta e demanda, o modelo indica que uma União Aduaneira (Figura 2) produziria resultados menos favoráveis, pois, criar-se-ia para ambos os países uma curva única para o limite superior do preço dado pela tarifa única em **P_{wCET}**.

Figura 2: Gráficos de elasticidades II

A este preço a oferta seria superior à demanda, e os preços estabilizar-se-iam em **P_{cu}**, a uma demanda **TM''=US**. Para o país **H**, esta situação continuaria a significar uma criação de comércio, com os efeitos em **a+c** (criação de comércio) superior ao retângulo **b** (desvio de comércio), porém, com resultados de criação de comércio inferior relativamente ao caso de zona de livre-comércio, e com um custo de desvio de comércio superior. Já para o país **P**, o consumidor iria sofrer perdas com o aumento de preços observado em **d**, enquanto que a sua produção iria crescer para **e**. No caso de zona de livre-comércio o país **P** não perderia nem no consumo nem na produção, contando ainda com ganhos de crescimento oriundos das receitas de importações. Segundo o modelo, o

comércio com o resto do mundo seria eliminado com a criação da zona aduaneira. Assim, em termos de equilíbrios estáticos, os ganhos de uma zona de livre-comércio seriam superiores e os custos inferiores do que no caso de uma união aduaneira, dadas essas mesmas condições de oferta e demanda, captando desta forma as preferências domésticas.

Em um segundo caso ilustrado pela figura 3, pode-se assumir que há diferença de preços relativos, mas com o país **P** incapaz de responder à demanda em **H**. Sabe-se que, em ambos os países, as tarifas anteriores ao acordo seriam ambas elevadas a $P_W T_H$ no país **H** e a $P_W T_P$ no país **P**. **H** produz **N** e consome **N**, **P** produz **M** e consome **M**. Sabendo-se que **P** é incapaz de responder à demanda de **H**, no preço T_P , pode-se observar o aumento do preço em **P** superior a T_P , e um decréscimo em **H**, para **PFTA**. Ou seja, sabendo-se da elasticidade preço da oferta do mercado mundial, poder-se-ia estabelecer dois equilíbrios de preços na área de livre-comércio. O país **H** apenas experimentaria a criação de comércio dado por $a+c$. O país **P** poderia não experimentar aumento de custos de produção e consumo, podendo ainda ganhar em receitas aduaneiras, e assim ganhar em termos de rendimento nacional. No caso de uma união aduaneira, o equilíbrio dos preços dar-se-ia em um ponto mais elevado do que em caso de uma zona de livre-comércio, em consequência da tarifa externa comum. O país **H** experimentaria ainda assim a criação do comércio e o país **P** experimentaria maiores custos em nível da produção interna e no consumo, apesar de se aproveitar das exportações para o país **H**.

Figura3: Gráficos de elasticidades III

De qualquer forma, apesar de tais modelos se destacarem apenas pela ilustração dos casos em que as zonas de livre-comércio poderiam ser mais vantajosas do que as uniões aduaneiras nas hipóteses de criação e desvio de comércio, elas fornecem elementos para o registro de mais duas notas. Primeiro, no que se refere ao fato de que as uniões aduaneiras podem criar e desviar mais comércio do que as zonas de livre-comércio. Esta afirmação é empiricamente demonstrada no trabalho de Christopher S.P. Magee (2008). Isto é verdade por causa do impacto duradouro como provam as estimativas feitas pelo autor. Em média, o efeito do longo prazo é maior sobre o crescimento dos fluxos comerciais nas uniões aduaneiras quando comparado com a média das zonas de livre-comércio (Magee, 2008:357). A segunda nota faz referência à constatação de que tanto as zonas aduaneiras como as zonas de livre-comércio poderão ser incapazes de criar e desviar comércio. Um exemplo é apontado por Peter Robson (1998:18-19). De acordo com o autor, nem sempre as uniões aduaneiras observam o efeito da alocação de recursos (ou seja, os efeitos de criação e/ou desvio de comércio). O caso típico seria quando a adoção de tais políticas comerciais não resulta em mudanças nas tarifas, deixando os preços inalterados. Isso pode acontecer se no momento anterior a uma união aduaneira os países já apresentam tarifas externas quase idênticas, implicando em uma redundância na definição de uma tarifa única. Um caso que se pode registrar em relação às zonas de livre-comércio é quando há fraca interdependência, ou seja, baixa elasticidade do preço da oferta e preço da demanda, em uma ou ambas as direções.

3. Estatísticas Descritivas (A realidade dos números).

Uma leitura descritiva dos dados do comércio da região proporciona o contato de alguns dos desequilíbrios macro com o tipo de integração que a região apresenta. Apenas quatro países dos quinze, Nigéria, Costa do Marfim, Gana e Senegal, acumulam mais de 90% do total das exportações da região (**Anexo C**). Em comum, no que diz respeito à participação desses países no comércio global, constata-se a dependência dos recursos naturais. A Nigéria, que de forma isolada é responsável por mais de 70% dessas exportações, tem no petróleo (e derivados) o principal bem de sua pauta. Nos últimos anos, a pauta exportadora do Senegal passou, também, a ser dominada pelo petróleo e derivados. A Costa do Marfim, apesar de exportar majoritariamente cacau, tem o petróleo e derivados como responsáveis por mais de 20% das suas exportações. Gana exporta ouro e conta com

o peso de mais de 20% do cacau nas suas exportações. Nota-se que, mesmo os países fora do grupo dos maiores exportadores, também contam com um peso excessivo do petróleo e derivados, além de cacau, ouro, diamante, alumínio ou pescados na composição das suas estruturas de comércio com o mundo. Ou seja, além de uma pauta dependente de recursos da natureza, as estruturas das exportações são excessivamente concentradas. Quanto ao comércio intra-bloco a realidade não é muito diferente. Nigéria, Costa do Marfim, Senegal e Gana, continuam a ser, com a companhia do Togo, os principais exportadores para este mercado. Relativo a parceiros, a exceção é o Senegal, que tem o Mali (Estado Membro da CEDEAO) encabeçando a lista dos principais mercados de destino das suas exportações em 2010. Nenhum outro da lista dos quatro tem um parceiro da comunidade na lista dos seus primeiros cinco mercados de destino (**Anexo D**).

As exportações do Senegal para o Mali e Gana apresentam uma tendência de crescimento ao longo dos anos (**Anexo F**). Outra observação relevante é a de que os maiores exportadores são entre si os principais parceiros da comunidade.

Porém um aprimoramento descritivo dos dados traz à luz um comportamento interessante e positivo do comércio intra-bloco entre 1975 e 2009. O peso esmagador do comércio extra-bloco nesta região do continente Africano é uma realidade estrutural. Em 1975, ano da fundação da comunidade, apenas 4% do total das importações dos estados da região eram oriundas dos parceiros da comunidade. As importações extra-bloco representavam 96% dos influxos totais. No mesmo período, as exportações intra-bloco representavam apenas 2,5% das exportações (**Anexo B**). Em 1980, as importações intra-bloco passaram a compor 4,5% do total das importações enquanto as exportações representavam 2,6%. Em 1990, as importações intra-bloco significavam 22,1% do total das importações do bloco, enquanto as exportações representavam 6,7% das exportações totais dos países parceiros. E em 2009, importações intra-bloco chegaram a 19,9% e exportações a 7%. Um importante indicador é o maior crescimento em % das importações (**Anexo B**).

Essa mudança pode ser explicada pela exportação de petróleo em grandes volumes como é o caso da Nigéria. Entre 1975 e 1980, as exportações totais do grupo cresceram 19,73%, as exportações extra-bloco cresceram 19,7% e as exportações intra-bloco cresceram 20,7%. Importante observar que, entre 1980 e 1991, há registro de uma queda

nas taxas de crescimento das exportações totais e exportações extra-bloco, enquanto a taxa de crescimento das exportações intra-bloco foi positiva em 3,7%. As exportações intra-bloco cresceram de forma continuada entre 1975 e 2009. Respectivamente: 20,7% entre 1975-1980; 6,6% entre 1981-1990; 6,1% entre 1991-2000; e 11,7 entre 2001-2009. Entre 1975 e 2009 registrou-se uma taxa mediana de crescimento das importações intra-bloco de 5,4%. As importações intra-bloco também cresceram de forma ininterrupta durante o mesmo período. Respectivamente: 19.4% entre 1975-1980; 5.2% entre 1981-1990; 5.7% entre 1991-2000; e 13.3% entre 2001-2009. Entre 1975 e 2009, o crescimento continuado foi de 9,05% (**Anexo B**).

Pelos números levantados, é mais fácil identificar a inserção da região ao padrão de comércio norte-sul, por meio de cadeias produtivas formadas por indústrias extrativas, o que aumenta os questionamentos sobre o efeito dos instrumentos de integração econômica na região. Este deve ser considerado estrutural, algo explicado apenas pela lógica das vantagens comparativas norte - sul, no qual África, e mais especificamente a CEDEAO, entra por via das cadeias de especialização completa. Uma descrição desta realidade, porém, sem ter em consideração a evolução do comércio intra-bloco ao longo da criação da comunidade, pode induzir a erros de análise. Pois, se tal leitura não nos permite nenhuma conclusão sobre a questão de interesse neste trabalho, a verdade é que ela mostra um percurso interessante e merecedor de uma pesquisa quantitativa e de inferência estatística. O passo seguinte é encontrar a melhor forma de estimar a criação e o desvio de comércio na região.

4. Criação e Desvio do Comércio: Estimando pelo modelo Gravitacional

Já com um longo percurso em trabalhos empíricos que estudam os fluxos bilaterais de comércio, o modelo gravitacional só tem se consolidado nos últimos anos. A popularidade e a consolidação do modelo decorre da sua boa performance preditiva e fundamentação teórica (Martin, 2008:02). O processo de construção teórica do modelo encontra as suas primeiras referências nos trabalhos de Jan Tinbergen (1962) (*apud* Santos Silva e Tenreiro, 2006:642) e de James E. Anderson (1979).

Inspirando-se em modelos canônicos do comércio internacional - especialização completa, dotação de fatores, diferença tecnológica, competição monopolística, elasticidade constante – e na equação de demanda de Armington (Silva e Tenreiro, 2006:642), Anderson

(1979), como autor da forma reduzida, e Anderson and van Wincoop (2001), como autores da forma aumentada, são os responsáveis por conferir identidade, atualidade e robustez teórica ao modelo. A definição é simples: controlando pelo tamanho, o comércio entre duas regiões é negativamente afetado pelos custos ou resistências ao comércio (Anderson & Wincoop, 2001:1). Observa-se que a forma reduzida incluía apenas as variáveis PIB como *proxy* para o tamanho das economias e a distância como a *proxy* para o custo dos transportes. Portanto, é a necessidade de acomodação teórica provocada pela inclusão de novas variáveis nas estimações do modelo o que motiva o trabalho de 2001 de Anderson & Wincoop.

A crítica fundamental de Anderson & Wincoop (2001), está direcionada a McCallum's (1995), autor de "National Borders Matter: Canada-U.S. Regional Trade Patterns". No trabalho, McCallum's propõe mensurar o efeito da fronteira entre EUA e Canadá, criando uma *dummy* em que o valor 1 (um) seria atribuído ao comércio entre províncias canadenses e 0 (zero) aos fluxos entre as províncias canadenses e os Estados dos EUA. O resultado, de todo contra intuitivo, indicava um efeito positivo e alto da fronteira sobre fluxos de comércio bilateral. Nesta estimativa, argumentam Anderson & Wincoop (2001:1), a amplitude deste coeficiente decorre do viés provocado pela omissão da resistência multilateral na determinação do efeito da fronteira. Para a correção do viés os autores propõem a estimativa do modelo gravitacional inicialmente derivado em 1979, mantendo a *dummy* da estimativa de McCallum's (1995) - fronteira física - acrescentando um índice multilateral de preço para capturar o efeito da resistência multilateral. Este índice não é observado, porém, pode ser estimado.

No caso, Anderson & Wincoop estimam o índice utilizando a distância, a fronteira e a renda (Gomez, 2011:1089). Porém, Feenstra (2002:501) argumenta que tal estimativa torna-se inconveniente ao requerer uma programação personalizada para executar a minimização das restrições. Por outro lado, este índice não captura a totalidade do efeito da fronteira (Feenstra 2002:497). Entre as várias alternativas, Feenstra mostra que a captura dessas barreiras ao comércio não observadas é mais eficaz quando estimamos um efeito fixo para as exportações e para as importações. Apesar de produzir estimações consistentes, o autor simplifica o tratamento do modelo gravitacional ao ponto de ser hoje considerada a sua metodologia preferencial de tratamento dos efeitos não observados.

A imposição das condições acima mencionadas ao tratamento do modelo gravitacional assegura uma metodologia eficaz de estimativa *ex-post* para o impacto dos

acordos de integração regional sobre os volumes bilaterais de comércio. Frankel (1997), Soloaga and Winters (2001), Cernat (2001), Coulibaly (2004) e Magee (2008) são exemplos de autores que proporcionaram estudos empíricos recorrendo ao modelo gravitacional para a estimatimação da criação/desvio de comércio, no seguimento das referências teóricas deixadas por Jacob Viner. Esse resultado é extraído de duas variáveis *dummies*. Uma que recebe o valor 1 (um) se os dois países pertencem ao mesmo bloco regional e outra que recebe 0 (zero) caso não pertençam. Geralmente esta variável é utilizada para aferir se houve criação ou desvio de comércio com o estabelecimento do bloco. Se o sinal do coeficiente for positivo significa que o bloco criou comércio, se for negativo considera-se que o bloco desviou comércio. Uma segunda *dummy* é incluída na equação. A variável recebe o valor 1 (um) se os dois países não pertencerem o mesmo bloco, e 0 (zero) se pertencerem. O objetivo desta *dummy* é aferir o efeito da criação do bloco sobre o comércio extra-bloco (o resto do mundo). Se o sinal for positivo significa que se criou comércio com o resto do mundo, se for negativo significa que se desviou comércio com o resto do mundo. Em consistência com a teoria de Viner, a expectativa é de que o estabelecimento de um bloco regional crie comércio intra-bloco e desvie comércio extra-bloco, ou que crie comércio intra-bloco, mas não desvie o comércio extra-bloco, ou que, em último caso, não crie comércio intra-bloco e nem desvie comércio extra-bloco.

5. Apresentação do Procedimento Econométrico

O modelo gravitacional foi, durante muito tempo, estimado pelo método dos mínimos quadrados ordinais (OLS¹⁸). Porém, o influente trabalho de SantosSilva& Tenreyro (2006) prova que o OLS pode produzir estimações enviesadas em presença de heteroscedastecidade¹⁹ e da prática convencional que consiste na estimativa do modelo na forma funcional log-linearizada²⁰. Se o erro é heteroscedástico, na forma log-linear, a

¹⁸ Método de estimação dos parâmetros de uma regressão linear que minimiza soma dos quadrados dos resíduos. O OLS é um estimador consistente quando os regressores são exógenas. Os coeficientes são não-enviesados quando o erro é homoscedástico, ou seja ela mantém uma variação constante.

¹⁹ O erro de uma estimação é heteroscedástico quando a sua variação com as variáveis independentes não é constante. Isto significa que o erro está crescendo à medida que o X está variando, sendo que o efeito mais imediato seja no resultado das estatísticas de teste da estimação (ex: teste F, P-valor).

²⁰ Quando a variável dependente vem dada em logaritmo e a variável independente vem em nível. Geralmente a prática no modelo gravitacional é apresentar os fluxos de comércio (variável dependente) PIB e a distância (variáveis independentes) em logaritmo e as restantes variáveis em nível. Esta forma funcional de apresentar o modelo permite uma interpretação simples do modelo. Pode-se dizer então que a mudança em um % do PIB, por exemplo, pode levar

sua variação não é constante, mas sim uma função da regressão (Gomez, 2011:1090). Esta variação do erro não interfere na magnitude do coeficiente, porém influencia a variância da regressão e as estatísticas de teste. Os dois autores apresentam, como alternativa, uma estimação não linear. O *poissonpseudo-maximum-likelihood* na forma funcional nível-nível, proposto por Santos Silva & Tenreiro (2006), é considerado consistente em presença de heteroscedasticidade, mas extremamente vulnerável na estimação de bancos de dados onde se observam uma percentagem considerável de volumes de comércio igual a zero (Martin & S.Pharm, 2008:18). Este é, aliás, outro problema sensível encontrado na estimação do modelo gravitacional. Alguns trabalhos têm optado por tratar a presença do fluxo zero com o método de variável truncada ou censurada (Gomez, 2001:1090). O uso do método implica que o zero seja eliminado da base de dados. Na prática, tal procedimento elimina um valor cuja presença na base de dados não é aleatória, pelo que alguns autores (ex: Westerlund & Wilhelmsson, 2009) vão mostrar que este procedimento introduz um viés de seleção na regressão. Assim, das alternativas atuais, a que vem sendo considerada mais consistente é método de seleção do Heckman (1979). O modelo é estimado em dois estágios. No primeiro, estima-se um Probit, em que a variável dependente é previamente transformada numa binária. É atribuído o valor 0 (zero) aos fluxos de comércio igual e inferiores a zero e o valor 1(um) aos fluxos de comércio superiores a zero. Identificado como a estimação de seleção, o modelo Probit está maximizando a probabilidade do comércio entre dois países ser maior que zero, o que implica que no modelo seja incluída uma variável que vai ser excluída da segunda equação.

Esta variável geralmente é entendida como sendo aquela que influencia a seleção de parceiros comerciais, mas não o volume de comércio. A língua e a religião são possíveis variáveis identificadas no trabalho de Helpman et. all (2008) como aquelas que transportam características e informações capazes de determinar a seleção de parceiros comerciais . Neste trabalho, a língua oficial será assumida como a variável de seleção. Para o tratamento de dados em *cross sections*, o modelo do Heckman (1979) sugere que

a um aumento da percentagem o comércio dado pelo coeficiente extraído na equação. Por outro, permite dizer em que percentagem, pertencer a um bloco de integração econômica, por exemplo, faz crescer o comércio.

no segundo estágio da metodologia seja estimado um OLS, retirando a variável de seleção e incluindo a *razão inversa de Mills*²¹ extraída da primeira estimação (Probit).

Para bancos de dados em painel estritamente dedicados à questão de viés de seleção, o trabalho de referência é o de Verbeek & Nijman (1992). Os autores propõem que na presença de viés de seleção em bancos de dados em painel, uma hipótese de correção seja estimar um Probit de efeitos aleatórios para a equação de seleção e um modelo de Efeitos Aleatórios para a equação principal, mediante as hipóteses da normalidade da distribuição e independência serial do erro idiossincrático (não autocorrelação) e a normalidade da distribuição do efeito não observado tanto na equação de interesse como na de seleção. Os autores partem do modelo básico de dados em painel:

$$y_{it} = X_{it}\beta + \alpha_i + \epsilon_{it} \mid t = 1, 2, \dots, T; i = 1, 2, \dots, N(A)$$

onde X_{it} representa ‘K’ variáveis independentes estritamente exógenas, β são os parâmetros de interesse, α_i é o efeito fixo ou a componente não observada com distribuição normal esperança zero e variância constante e ϵ_{it} é o erro idiossincrático com distribuição normal, esperança zero e variância constante. Assim, em presença de viés de seleção, a observação da variável y_{it} (variável dependente) é representada por uma variável *dummy* r_{it} , em que $r_{it} = 1$ quando y_{it} é maior que zero (ou observado) e $r_{it} = 0$, quando o valor do y_{it} é zero. As observações em X_{it} só serão avaliadas na equação (A) quando $r_{it} = 1$.

O modelo de seleção é concebido a partir do pressuposto da observação de uma variável latente²² em que r_{it} é representado por r_{it}^* ,

²¹ A razão de Mills é uma variável gerada a partir do probit, e incluída no segundo estágio do modelo do Heckman com intuito de corrigir o viés de seleção amostral. A significância estatística do inverso de Mills confirma a presença de viés de seleção nos dados.

²² Está-se a admitir a hipótese de que existe uma variável contínua não observada y^* , que move de $-\infty$ para ∞ , gerando os valores observados y 's (Long, 2007:40). Entre o $-\infty$ e o ∞ , existe uma variável y^* , que não podemos observar, mas que em alguns pontos, mudanças nela ocorridas (y^*) estão a resultar em mudanças naquilo que podemos observar (Long, 2007:40). Assim, uma resposta binária poderá ser vista como a manifestação da variável latente, se para $y=0$, consideramos que $y^* \leq \hat{1}$ (o *threshold* =0) e para $y=1$, considerarmos que $y^* \geq \hat{1}$ (o *threshold*=0). A distribuição condicional dessa variável é assumida como normal, mas manifesta-se de forma dicotômica.

$$r_{it}^* = Z_{it}Y + X_i^* + \eta_{it} \mid t = 1, \dots, T; i = 1, \dots, N \quad (B)$$

em que Z_{it} representa as variáveis dependentes, η_{it} o erro e X_i^* a componente individual não observada (ou o efeito fixo). Transformando y_{it} em uma variável *dummy* $_{it}$, estaremos em condições de estimar equação de seleção. Para a equação (B) segundo a proposta de Verbeek & Nijman (1992) estima-se um Probit de efeito aleatório. Depois para os valores observados estima-se um efeito aleatório para a equação (A) incluindo o inverso da razão de Mills. Os parâmetros estimados são consistentes se o erro for não correlacionado com os X_{it} e se o efeito fixo (não observado) for também não correlacionado com X_{it} . A segunda hipótese (não correlação entre o efeito fixo e os X_{it}) é na verdade a mais forte e a única que torna possível a estimação do efeito fixo. Caso se considere que esteja correlacionado com uma das variáveis independentes o efeito fixo seria o estimador consistente. Na verdade, o estimador do efeito fixo de dados em painel é consistente mesmo considerando a segunda hipótese, mas caso o efeito não observado seja não correlacionado com uma ou mais variáveis independentes o modelo de efeito aleatório representa um ganho de eficiência em relação ao modelo de efeitos fixos. No presente trabalho, a proposta passa por estimar o impacto não observado através da criação de *dummies* de efeitos fixos “anos” e dos efeitos fixos dos “países exportadores” e “países importadores”. Tal estratégia, como mostramos na seção anterior, é eficaz na captura dos efeitos não observados que poderiam estar se correlacionando com o erro da equação tanto de seleção como de interesse, o que torna viável a estimações do modelo de efeitos Aleatórios. Assim, consideramos que os pressupostos exigidos no trabalho de Verbeek & Nijman (1992) para implementar a estratégia proposta, estão presentes na estimação, ou seja teremos uma estimação consistente já que o efeito não observado está sendo capturado pelas *dummies* de anos e de países exportadores e importadores; o efeito não observado não se correlaciona com o erro da equação, os parâmetros estimados serão consistentes.

6. A Caracterização dos Dados e a Especificação do Modelo

O presente banco de dados resultou da compilação de três fontes. Os dados sobre os fluxos bilaterais de comércio foram extraídos da base de dados da Correlates of War²³. Os

²³ Disponível em <http://www.correlatesofwar.org/COW2%20Data/Trade/Trade.html>

dados relativos à renda e seus deflatores foram recolhidos na base de dados do Banco Mundial²⁴ e o restante dos indicadores foram encontrados na base da CEPPII (Centre d'Études Prospectives et d'Information Internationales)²⁵. O banco de dados tem a estrutura longitudinal ou formato de painel, é balanceado e contém informações entre os anos de 1980 e 2009. As estatísticas descritivas dos dados mostram uma acentuada diferença de tamanho da renda entre os países integrados expressa pela distância entre o desvio padrão e a média ou pelo Min e Max do PIB1 e PIB2 do par de países.

TABELA 1: ESTATÍSTICA DESCRITIVA DOS DADOS

Variável	Obs	Mean	Std. Dev.	Min	Max
Export	1745	0.0146629	0.0456995	0	0.6965537
PIB1	2580	9.33E+17	1.64E+19	853417.1	4.11E+20
PIB2	2490	9.74E+14	1.07E+16	853417.1	1.31E+17
Distância	2610	6199.879	3245.338	724.091	17640.58
Língua Oficial	2610	0.1954023	0.3965861	0	1
Língua Étnica	2610	0.1724138	0.3778121	0	1
Colônia Comum	2610	0.137931	0.3448937	0	1
intra	2610	0.0344828	0.1825006	0	1
extra	2610	0.9655172	0.1825006	0	1

Fonte: bancos de dados e elaboração do autor

A heterogeneidade e a presença de fluxos zero de comércio foram duas limitações inicialmente constatadas, e que dificultaram a estratégia empírica deste trabalho. Elas são visíveis ao observar a variável exportações na Tabela 1. As tabelas seguintes mostram que a presença de volumes zero de comércio é o problema sério no banco de dados. Transformando as exportações numa binária em que atribuímos o valor 1(um) a todos os fluxos de comércio superior a zero, podemos visualizar a dimensão do problema. A tabela dos percentis mostra que se restringirmos as exportações apenas entre os países da CEDEAO e o resto do mundo, o problema é agudo. Mais de 50% do valor das exportações entre a comunidade e o resto do mundo é zero.

²⁴ Disponível em <http://data.worldbank.org/>

²⁵ Disponível em <http://www.cepii.fr/anglaisgraph/bdd/distances.htm>

TABELA 2: TABELA DOS PERCENTUAIS

Seleção	Freq.	Percent	Cum.
0	955	53.35	53.35
1	835	46.65	100
Total	1,790	100	

Fonte: banco de dados e elaboração do autor

O modelo gravitacional introduzido por Tinbergen (1962), detalhadamente especificado por Anderson (1979) e estendido por Anderson & Wincoop (2001), tem revelado resultados satisfatórios na estimação do efeito dos acordos regionais sobre os fluxos de comércio bilateral entre países membros. No tratamento econométrico do modelo, porém, percebe-se uma acelerada transformação metodológica em relação aos procedimentos de estimação do modelo e extração dos resultados.

Além dos zeros, a presença de heterogeneidade nos bancos de dados provoca estimações ineficientes. Os gráficos seguintes são resultados de duas estimações por OLS (ver os resultados em **Anexo I**), e mostram a clara presença de heteroscedastecidade na base de dados. Assim, considerando a hipótese de Santos Silva & Tenreiro (2006), admite-se que os coeficientes de tais estimações são inconsistentes. (Obs: As regressões do OLS - ver **Anexo I**)

FIGURA 4: GRÁFICO DE DISTRIBUIÇÃO DOS ERRO – OLS

Fonte: bancos de dados e elaboração do autor

Como foi realçado, a proposta mais recente resulta da extensão do modelo de seleção do Heckman (1979). Para dados em painel assumimos a estratégia apresentada por

Verbeek & Nijman (1992), que consiste em estimar o modelo em dois estágios. No primeiro estima-se o modelo de seleção Probit de efeito aleatório. Esta estimação resulta da hipótese fundamental que fizemos de que o efeito fixo foi extraído através da geração de *dummies* de anos e *dummies* dos países - exportadores e importadores - e jogadas na equação como variáveis independentes. Assim, evitamos que o efeito não observado esteja correlacionado com o erro da equação. A variável dependente do modelo Probit ou modelo de seleção é uma *dummy*, r_{it} , que representa as exportações do País i para o País j , quando o fluxo de exportações é observado. O modelo é assim especificado,

$$\begin{aligned} r_{ijt}(\text{seleção}) = & \beta_0 + \beta_1(\text{intra}) + \beta_2(\text{extra}) + \beta_3(\text{lPIB}_{it}) + \beta_4(\text{lPIB}_{jt}) + \beta_5(\text{lDistância}_{ij}) \\ & + \beta_6(\text{Contig}) + \beta_7(\text{LínguaOficial}) + \beta_8(\text{ColonizadorComum}) \\ & + \beta_9(\text{Colônia}) + \beta_{10}(\text{EfeitoFixo}_t) + \beta_{11}(\text{EfeitoFixo}_i) \\ & + \beta_{12}(\text{EfeitoFixo}_j) + \eta_{ijt} \end{aligned}$$

onde r_{it} recebe o valor 1 (um) se as exportações do país i para o país j forem maior que zero e recebe o valor 0 (zero) caso as exportações de i para j sejam zero. A estimação do modelo de seleção maximiza apenas a probabilidade das exportações do país i para j ser maior que zero. De lá se extrai o inverso da razão de Mills que deve ser integrado ao modelo principal ou ao modelo de interesse. Outro imperativo da estratégia consiste na retirada da equação de interesse de um variável presente na equação de seleção. Para o modelo gravitacional, a variável *dummy* que recebe o valor 1 (um) se os países falam a mesma língua é a que na maioria das estimações é retirada da segunda equação, significando que ela determina a probabilidade de haver comércio entre dois países, mas não determina o volume de comércio. No caso específico, restringimos a variável língua oficial da segunda equação, que para o volume de comércio observado passa a ser escrito da seguinte forma,

$$\begin{aligned} y_{ijt}(\text{lExprt}_{ijt}) = & \beta_0 + \beta_1(\text{intra}) + \beta_2(\text{extra}) + \beta_3(\text{lPIB}_{it}) + \beta_4(\text{lPIB}_{jt}) \\ & + \beta_5(\text{lDistância}_{ij}) + \beta_6(\text{Contig}) + \beta_7(\text{ColonizadorComum}) \\ & + \beta_8(\text{Colônia}) + \beta_9(\text{EfeitoFixo}_t) + \beta_{10}(\text{EfeitoFixo}_i) + \beta_{11}(\text{EfeitoFixo}_j) \\ & + \text{Inv. Mills} + \eta_{ijt} \end{aligned}$$

onde a variável dependente é o logaritmo dos volume de exportações, de i para j , quando os fluxos são superiores a zero. As duas variáveis de interesse do modelo são *intra* e *extra*. A variável *intra* é uma *dummy* referente às exportações de um país da

CEDEAO para outro país da mesma comunidade. Ela informa se a área integrada criou comércio ou não, pelo que recebe o valor 1 (um) se os dois países pertencem a zona de livre-comércio e 0 (zero) se pelo menos um deles não pertence. A variável *intra* traz a informação sobre os fluxos entre os países da comunidade e os países que não pertencem à comunidade. Trata-se do comércio extra-bloco. Ela informa se o bloco desviou comércio ou não, por isso recebe o valor 1 (um) se um país pertence a comunidade e o outro não pertence e zero, se os dois países pertencem a CEDEAO. A tabela seguinte mostra as correlações encontrados no banco de dados.

TABELA 3: TABELA DE CORRELAÇÕES

	Export	PIB1	PIB2	Distância	Língua Oficial	Língua Étnica	Colônia Comum	Intra	Extra
Export	1								
PIB1	0.0068	1							
PIB2	0.0212	-0.0045	1						
Distância	-0.0173	-0.0012	-0.0102	1					
Língua Oficial	0.2414	0.0067	0.0986	-0.4083	1				
Língua Étnica	0.2752	0.0127	0.1079	-0.3255	0.9148	1			
Colônia Comum	-0.1213	-0.0331	0.1334	-0.4462	0.685	0.5426	1		
Intra	-0.0537	-0.0165	-0.0153	-0.2724	0.0228	0.0428	0.0916	11	
Extra	0.0537	0.0165	0.0153	0.2724	-0.0228	-0.0428	-0.0916	1	11

As restantes variáveis são de controle. O logaritmo natural do PIB real do país que exporta, o logaritmo natural do PIB real do país parceiro, o logaritmo natural da distância entre os dois países, uma *dummy* (contig) que recebe o valor 1 (um) se os países tiverem fronteira física em comum, uma *dummy* (colônia) que recebe o valor 1 (um) se os países tiverem alguma ligação colonial e uma *dummy* (colonial_comum) em que se atribui o valor 1 (uma) se os dois tiverem tido o mesmo colonizador. Também controlamos pelos efeitos fixos, com as *dummies* do efeito fixo dos anos, efeito fixo do país exportador e efeito fixo do país importador.

7. Apresentação dos Resultados

O efeito antecipado da criação de zonas de livre-comércio é uma hipótese que vem ganhando consistência em algumas análises sobre efeito inicial das zonas de livre-comércio (ver Magee, 2008:352). Segundo o argumento, o anúncio da intenção de assinatura desta modalidade de acordos antecipa a reação das firmas e provoca um aumento antecipado dos fluxos de comércio entre os membros do futuro acordo. Porém, depois de uma reação inicial, os fluxos tendem à estabilização em torno de uma média. Em relação à CEDEAO, observa-se um pico por volta do período da assinatura dos acordos de 1975. Percebe-se que há uma reação antecipada dos fluxos em dois ou três anos relativo ao ano zero (1975).

FIGURA 5: GRÁFICO DE SÉRIE TEMPORAL

8

Fonte: Elaborado pelo autor

No entanto, os resultados da estimação do modelo gravitacional, controlando pelos efeitos fixos e corrigindo o viés de seleção, não confirmam a hipótese que posiciona a CEDEAO como um criador líquido de comércio. O sinal do coeficiente da variável *intra*, referente ao comércio intra-bloco, é positivo mas não estatisticamente significativo. A estratégia metodológica assumida no trabalho apresenta um resultado que não permite afirmar que a CEDEAO vem criando comércio desde 1980. A segunda variável de interesse é o de comércio extra bloco. Também apresenta sinal positivo e ao contrário da variável de comércio intra bloco, ela é estatisticamente significativa. O coeficiente da variável extra indica que não se registrou desvio de comércio com o estabelecimento do

mercado regional integrado. Pelo contrário, os paises extra bloco são responseveis por 1.4% do comércio com os países da CEDEAO segundo o primeiro modelo, 1,26% pelos modelos dois e três e 1,34% pelos modelos quatro e cinco.

TABELA 4: TABELA DE REGRESSÕES

Var. Dependente	Efeito Aleatório	EfeitoAleatório	Efeito Aleatório	Efeito Aleatório	Efeito Aleatório
Log_export	Controle:	Controle:	Controle:	Controle:	Controle:
	Import/Export	Import/Export	Imp/Export	Imp/Expo/Ano	Imp/Expo/Ano
<i>Intra</i>	1.916 (1.13)	1.657 (1.12)	1.665 (1.18)	1.884 (1.15)	1.887 (1.38)
<i>Extra</i>	1.408** (0.45)	1.298** (0.46)	1.297** (0.45)	1.349** (0.44)	1.349* (0.58)
<i>IPIB1</i>	-0.050*** (0.01)	-0.050*** (0.01)	-0.045** (0.01)	-0.042** (0.01)	-0.042*** (0.01)
<i>IPIB2</i>	0.031 (0.02)	0.032 (0.02)	0.034 (0.02)	0.040 (0.02)	0.040*** (0.01)
<i>Ldistância</i>	-1.395*** (0.18)	-1.453*** (0.18)	-1.236*** (0.17)	-1.368*** (0.18)	-1.326*** (0.17)
<i>Contig</i>	4.004*** (0.65)	4.312*** (0.66)	3.983*** (0.62)	3.954*** (0.65)	3.988*** (0.60)
<i>Colonial_comum</i>	0.971** (0.32)		0.911** (0.33)	1.040** (0.33)	1.041*** (0.29)
<i>Colonia</i>			2.757*** (0.47)		2.809** (0.93)
<i>Constant</i>	-2.044 (1.67)	-0.827 (1.62)	-2.691 (1.66)	-2.100 (1.69)	-2.435 (1.66)
<i>Mills</i>	1.284*** (0.30)	1.213*** (0.30)	0.959*** (0.29)	1.270*** (0.29)	1.283*** (0.14)
<u>Variável Omitida</u>					
<i>Lingua Oficial</i>	X	X	X	X	X
R-squared					
Rmse	1.161.788	1.161.386	1.156.921	1.157.048	1.161.162
N	4878	4878	4878	4878	4878

Fonte: Elaboração do autor

O PIB do país exportador e do país importador podem ser interpretados como o potencial de demanda pelos fluxos de comércio entre o par de países, e a expectativa seria de que, aumentado o PIB nominal dos dois países, o efeito sobre os fluxos de comércio seria positivo. De forma contra intuitiva detectamos que o sinal do PIB nominal do país exportador é negativo, o que significa que o crescimento do país exportador na ordem de 1% faz decrescer as suas exportações em 0,05%, conforme a primeira e a segunda estimações, 0.045% segundo a terceira estimação, 0.042 % segundo a quarta e a quinta estimações. Este achado, não obstante ser contra intuitivo, já foi constatado em outros trabalhos que incluíram informações sobre os países em desenvolvimento (Coulibaly, 2004; Disdier e Mayer, 2003; Montenegro e Soto, 2000). Já o PIB nominal do país importador tem um sinal positivo e somente é estatisticamente significativo na última coluna, onde estimamos o modelo mais completo em termos de inclusão de variáveis de controle. Este resultado indica segundo a ultima estimação que com o aumento em 1% do PIB no país importador os influxos do seu parceiro aumentariam em 0.04%. As outras variáveis do modelo apresentam resultados consistentes com as expectativas teóricas. A distância, como uma das resistências ao comércio, afeta negativamente as exportações, enquanto o passado colonial, ex-colônia comum e a contigüidade territorial afetam positivamente as exportações. O inverso da razão de Mills é estatisticamente significativo, sugerindo a presença de viés de seleção na base de dados.

Uma das hipóteses teóricas encontradas na literatura que trabalha com o tema da integração regional entende que nem sempre os acordos, sobretudo os que formam zonas de livre-comércio, são capazes de desviar ou criar comércio. As explicações dos diferentes resultados poderão estar nas estruturas de demanda, níveis de interdependência, dotação de fatores, tamanho dos países ou política tarifária seguida pelos membros antes e depois dos acordos. Os resultados patenteados pela presente metodologia confirmam os achados de trabalhos que apresentam a CEDEAO como um dos casos de zonas de livre-comércio que não criaram comércio. O modelo implementado, por outro, permite afirmar que a CEDEAO não criou nem desviou comércio, seguindo em direção dos resultados encontrados por Longo and Sekkat (2004). Este resultado é enquadrado pelo autor num contexto africano em si, caracterizado por barreiras estruturais que vem impondo limitações ao continente no que diz respeito ao crescimento dos fluxos de comércio intra regional. Essas limitações, como baixos níveis de infra-estrutura, má gestão das políticas

econômicas e tensões políticas domésticas criam custos muito altos ao comércio intra africano (Longo and Sekkat, 2004: 1317).

O fato da CEDEAO não ter desviado comércio gera, também, questionamentos por parte dos autores que trabalharam sobre a região. Cernat (2001:12) considera este resultado surpreendente e merecedor de um rigoroso questionamento. Uma das hipóteses explicativas é, segundo o autor, a conferida por Kemp, M.C. and H. Wan (1976), que consegue demonstrar que em muitas circunstâncias, após a implementação dos acordos, poderão ser instituídas tarifas *intra* e *extra*-bloco que mantêm inalterados os padrões comerciais com terceiros e, portanto, não interfeririam negativamente no redirecionamento dos fluxos de comércio. Esta hipótese não é, porém, considerada suficientemente robusta para explicar o caso africano. A teoria avançada como sendo a mais provável por Cernat (2001:12) decorre da constatada lentidão ou incapacidade de muitas zonas de livre-comércio em implementarem a total redução das tarifas. O continente Africano apresenta uma notável dificuldade de liberalização intra-regional do comércio, o que no entender do autor limita o leque de discriminações e, em consequência, inviabiliza o desvio do comércio extra-bloco. Mesmo que a implementação dos acordos impliquem a redução expressiva de inúmeras barreiras invisíveis, a ponto de interferir na redução dos preços, o que conta é que tal evolução, sem o efeito da redução tarifária, é impotente para introduzir a discriminação (Cernat, 2001: 13). Assim, para Cernat (2001:13), o mais forte candidato a explicar o fato da CEDEAO não desviar comércio parece ser a exclusiva dificuldade experimentada pela comunidade em levar a cabo o processo de redução tarifária. Na realidade, depois da sua fundação em 1975, a CEDEAO precisou de uma redefinição de política comercial nos anos de 1990, com incentivos para a liberalização total do comércio intra-bloco e a criação de uma união aduaneira. A literatura constata uma importante evolução relativa à redução das barreiras tarifárias e não tarifárias ao comércio, depois da revisão do acordo de 1975 levada a cabo em 1993. No entanto, em consequência da rodada do Uruguai e da Política de liberalização das instituições de Bretton Woods dos anos 1980/1990 para os países em desenvolvimento, a redução multilateral de barreiras ao comércio acabaria por ser imposta como desígnio comum aos países em desenvolvimento e, portanto, uma redução de barreiras tanto ao comércio intra quando ao comércio extra-bloco. No momento atual, a CEDEAO discute a total redução de tarifas para bens não processados e artesanais (K.

Afesorgbor & A.G. van Bergeijk, 2011) tal como o total *enforcement* do acordo de livre circulação de cidadãos comunitários.

Portanto, poderão ser abertas algumas hipóteses para o caso da CEDEAO. A hipótese identificada por Cernat (2001) diz respeito à incapacidade de introduzir um processo acelerado de liberalização tarifária intra-bloco e a redução dos custos invisíveis ao comércio. A não liberalização acelerada dificulta a introdução do fator discriminatório. Outra forma de ver a questão é considerar a fraca capacidade industrial doméstica como determinante de uma estrutura de exportações fortemente dependente das cadeias de extração de recursos naturais por um lado e, por outro, de uma baixa elasticidade preço da oferta intra-bloco de bens processados. Observa-se que os bens industrializados ainda não foram objetos de redução total de tarifas. E já que cada país conserva sua autonomia de política comercial com terceiros, estes têm adotado políticas condizentes com a procura por bens externos maioritariamente com processamento em mercados extra-bloco (ou seja sem impor a distorção de preços). De qualquer forma, tais ideias são aqui deixadas apenas como hipóteses que poderão no futuro merecer estudos pormenorizados.

8. Conclusão

O presente trabalho levanta, como primeira constatação, a especialização completa em bens primários da região da CEDEAO no comércio Norte-Sul. Questionamos se esta constatação seria suficientemente forte para mitigar o efeito da criação da zona de livre comércio. Resultados de testes empíricos apontam que a CEDEAO não criou comércio entre 1980 e 2009, embora a desagregação dos dados tenham mostrado que o peso do comércio regional cresceu no volume total do comércio dos países. Os mecanismos de política comercial regional não foram suficientemente eficazes na atuação sobre as cadeias de comércio que tradicionalmente ligaram os países mais desenvolvidos aos países africanos. Algumas das razões que podem explicar o fato da CEDEAO não desviar comércio extra-bloco foram identificadas na literatura e fortalecem os argumentos teóricos desenvolvidos no primeiro capítulo da pesquisa. A fraca capacidade de transformação de bens, a inelasticidade da oferta do mercado regional, a dificuldade de liberalização da tarifa intra-regional e a liberalização imposta pelas instituições de Bretton Woods nos anos de 1980 e 1990 foram apresentadas como algumas das razões que explicam o fato. A metodologia utilizada nas estimações dos efeitos da criação e desvio

de comércio não conduzem à confirmação da hipótese que apresenta a CEDEAO como um criador líquido de comércio, pelo efeito mitigado dos instrumentos de política comercial sobre o comércio intra-regional. Assim, dificilmente se poderá comprovar um efeito considerável de criação da zona de livre- comércio sobre o bem-estar nos países que fazem parte do acordo.

Referências Bibliográficas

- ANDERSON, J. E. A theoretical foundation for the gravity equation. **American Economic Review**, v. 69 p. 106-116, 1979.
- ANDERSON, J. ; WINCOOP E. Gravity with Gravitas: A Solution to the Border Puzzle. **American Economic Review**, v. 93, p.170-192, 2003.
- BALTAGI, B.H. **Econometric Analysis of Panel Data**. 3 ed. London: Copyright, 2005, 302p.
- BAGWELL, K.; STAIGER, R. An Economic Theory of GATT, **American Economic Review**, v. 89n. 1 p.215-248, 1997.
- BARDWELL, K. The Puzzling Decline in House Support for Free Trade: Was Fast Track a Referendum on NAFTA? **Legislative Studies Quarterly**, v. 25, n 4 p. 591-610, 2000.
- BERGSTRAND J. H . The Gravity Equation In International Trade: Some Microeconomic Foundations And Empirical Evidence. **The Review of Economics and Statistics**, v. 67,n.3, p.474-481, 1985.
- BERGSTRAND J. H. The Generalized Gravity Equation, Monopolistic Competition, And The Factor-Proportions Theory In International Trade. **The Review of Economics and Statistics**, v. 71, n. 1, p. 143-153, 1989.
- CARRÈRE, C. African Regional Agreements: Impact On Trade With Or Without Currency Unions. **Journal of African Economies**, v.13 n. 2 , p. 201-239, 2004.
- CERNAT, L. Assessing regional Trade Arrangements: Are Aouth-south RTAS More Trade Diverting? **Unctad, Policy Issues in International Trade and Commodities Study Series** n.16, New York and Geneva, 2001.
- COULIBALY, S. On the Assessment of Trade Creation and Trade Diversion Effects of Developing RTAs. **University of Lausanne**, cer.ethz.ch, 2004.
- CREAMER, G. Open Regionalism In The Andean Community: A Trade Flow Analysis, **World Trade Review** v.2, n.1, p.101-118, 2003.
- DEME, M.The Impact Of ECOWAS On Intraregional Trade Flows: An Empirical Investigation. **The Review of Black Political Economy**, p. 114-129, 1995.
- DISDIER, A.; MAYER, T. How Different is Eastern Europe? Structure and Determinants of Location Choices by French Firms in Eastern and Western Europe.**Journal of Comparative Economics** n. 32, p. 280-296, 2004.

ELLIS, J.; MORGAN, P. Markets and Trade in West Africa: Policy Issues for the Poorest Members of Ecowas. **African Studies Review**, v. 27, n.3, p. 67-76, 1984.

FEENSTRA, R.; MARKUSEN J. ; ROSE, A. Using Gravity Equation To Differentiate Among Alternative Theories Of Trade. **Canadian Journal of Economics**, v.34, n.2, 2001.

FEENSTRA, R. Border Effects And The Gravity Equation. Consistent Methods For Estimation. **Scottish Journal of Political Economy**, v. 49, n.5, p. 491-506, 2002.

FRANKEL, J. Regional Trading Blocks. **Institute for International Economics**, Washington D.C. 1997.

GÓMEZ-HERRERA, E. Comparing Alternative Methods to Estimate Gravity Models Of Bilateral Trade. **Empirical Economics**, Springer, p. 1187-1111, 2012.

HARRIGAN, J. Openness to Trade in Manufactures in OECD. **University of Pittsburg**, 1992.

HECKMAN J. Sample Selection Bias as a Specification Error. **Econometrica**, v. 47, p. 153-61, 1979.

HELPMAN E.; MELITZ M; RUBINSTEIN Y. Estimating Trade Flows: Trading Partners and Trading Volumes. **The Quarterly Journal of Economics**, P. 441-487, 2008.

HELPMAN, E. Imperfect competition and international trade: Evidence from Fourteen Industrial countries. **Journal of Japanese and International Economics** v.1, p.62-81, 1987.

HOUTHAKKER, H.; MAGEE S. Income and Price Elasticity's in World Trade. **Review of Economics and Statistics** 51, pp. 111–125, 1969.

HUMMELS, D.; LEVINSOHN, J. Monopolistic Competition and International Trade: Reconsidering the Evidence. **The Quarterly Journal of Economics**, v. 110, .n.3, p. 799-836, 1995.

LANCASTER, C. ECOWAS at Tem . **Africa Report**, v. 3, n 4 , p.69-75, 1985.

LONGO S. Economic Obstacles to Expanding Intra-African Trade. **World Development** v.32, n. 8, p. 1309–132, 2004.

AFESORGBOR. K; BERGEIJK, A.G. Multi-Membership And The Effectiveness Of Regional Trade Agreements In Western And Southern Africa: A Comparative Study Of ECOWAS and SADC. **Institute of Social Sciences**, n. 520, 2001.

KEMP, M.C. ; H. WAN. An Elementary Proposition Concerning The Formation Of Customs Unions. **Journal of International Economics**, v. 6, n 1, P.95–97, 1976.

MAGEE, C. S.P. New Measures Of Trade Creation And Trade Diversion. **Journal of International Economics** v. 75, pp.349–362, 2008.

MCCALLUM , J. Canada-U.S. Regional Trade Patterns. **The American Economic Review**, p. 615-623, 1995

MARTIN. W. Estimating The Gravity Equation When Zero Trade Flows Are Frequent. **MPRA Working Paper 9453**, University Library of Munich, 1995.

ROBSON, P. **The Economics of International Integration**, Fourth Edition, Routledge, London and New York, 1998. 333p.

SILVA, J. M. C. S.; SILVANA T. The Log Of Gravity. **Review of Economics & Statistics** v. 88, n.4, p. 641-658, 2006.

SOLOAGA, I. ; ALAN L. W. Regionalism in the Nineties: What Effect on Trade? **North American Journal of Economics and Finance** v.12, p. 1-29, 2001

WOOLDRIDGE, J. M. **Econometric Analysis of Cross Section and Panel Data**, MIT Press, 2002, 732p.

WESTERLUND J, WILHELMSSON F. Estimating The Gravity Model Without Gravity Using Panel Data. **Appl Econ** v. 43 p. 641-649, 2009.

ZANNOU, A. Determinants of Intra-ECOWAS Trade Flows. **African Journal of business management** 4 (5), pp.678-686, 2010.

VERBEEK, M. ; NIJMAN, T. Testing for Selectivity Bias in Panel Data Models. **International Economic Review** v. 33, p. 681-703, 1992.

VINER, J. **The Customs Union Issue**, New York, Carnegie Endowment for International Peace, 1950, 145p.

Sites Importantes

CEDEAO (<http://ecowas.int/>)

EU (http://europa.eu/index_pt.htm)

Mercosul (<http://www.mercosul.gov.br/>)

ECA (<http://www.uneca.org/>)

UA (<http://www.au.int/en/>)

CowTradedataset (<http://www.correlatesofwar.org/COW2%20Data/Trade/Trade.html>)

Geocepii (<http://www.cepii.fr/anglaisgraph/bdd/distances.htm>)

ANEXOS

Anexo A - Exportações e Importações

Exportações

Importações

Anexo B -

Taxa de Crescimento=(Presente/Passado)^(1/N)-1							
		Exportações				Importações	
Anos	Total	Bloco	Extra		Total	Bloco	Extra
1975-1980	19.733112	20.655931	19.708889		16.77543	19.432928	16.659421
1981-1990	-2.751403	3.6649855	-3.073519		1.139450	5.1932454	0.2501036
1991-2000	9.5902969	6.1046815	9.7906378		4.923993	5.7007896	4.7271187
2001-2009	11.682179	13.1872	11.56944		14.78037	13.27708	15.186122
1975_2009	0.0543196	0.0876009	0.0527555		0.041347	0.0905458	0.0359665

Anexo C -

	Exsp. Intra bloco		Export. Mundial	
	%	%acumulado	%	%acumulado
Nigéria	41,33823	41,33823	71,64946	71,64946
Costa do Marfim	33,69916	75,03739	14,00386	85,65331
Senegal	33,69916	75,03739	4,771752	90,42507
Togo	4,994017	89,46261	2,562027	92,98709
Ghana	4,385641	93,84825	1,737808	94,7249
Niger	1,924617	95,77287	1,609916	96,33482
Bennin	1,488817	97,26168	0,916238	97,25105
Burkina faso	0,8631	98,15731	0,722607	97,97366
Gbissau	0,557824	98,71514	0,611917	98,58558
Guinea	0,441278	99,15642	0,561451	99,14703
Liberia	0,322492	99,47891	0,29341	99,44044
Sierra leone	0,26359	99,73927	0,220088	99,66053
Mali	0,224126	99,96339	0,206839	99,86737
Gambia	0,033619	99,99701	0,075183	99,94255
Cverde	0,002988	100	0,057451	100

Anexo D - planilha dos principais bens exportados por cada país

Cabo verde			
HS4	Value	%	%Acum
	63,280,070		
Frozen fish, excluding fillets	21,844,146	34.52%	34.52%
Prepared or preserved fish	18,182,163	28.73%	63.25%
Parts of footwear	4,379,259	6.92%	70.17%
Men's suits, not knit	3,943,772	6.23%	76.40%
Petroleum oils, refined	1,506,617	2.38%	78.78%
Men's undergarments	1,316,129	2.08%	80.86%
T-shirts	1,217,848	1.92%	82.78%
Ferrous waste and scrap	1,046,691	1.65%	84.43%
Alcoholic preps for beverages	776.232	1.23%	85.66%
Electronic integrated circuits	562.41	0.89%	86.55%
Automatic data processing machines	543.497	0.86%	87.41%
Waste or scrap, aluminium	516.48	0.82%	88.23%
Molluscs	481.027	0.76%	88.99%
Copper waste and scrap	420.293	0.66%	89.65%
Crustaceans	382.024	0.60%	90.25%
Women's suits, not knit	358.46	0.57%	90.82%
Benin 2008			
HS4	1,061,625,815 (total)	%	%Acum
Petroleum oils, refined	461,919,974	43.51%	43.51%
Gold	169,185,968	15.94%	59.45%
Cotton raw	97,410,896	9.18%	68.63%
Coconuts, Brazil nuts and cashew nuts	78,484,444	7.39%	76.02%
Copper waste and scrap	64,213,790	6.05%	82.07%
Petroleum oils, crude	45,647,044	4.30%	86.37%
Wood in the rough	28,998,556	2.73%	89.10%
Ferrous waste and scrap	14,105,860	1.33%	90.43%
Waste or scrap, aluminium	12,840,555	1.21%	91.64%
Mineral or chemical fertilizers, mixed	\$10,427,434	0.98%	92.62%
Senegal			
HS4	\$2,430,180,526 (total)	%	%Acum
Petroleum oils, refined	\$589,190,511	24.24%	24.24%

Gold	\$210,618,347	8.67%	32.91%
Cement	\$199,932,916	8.23%	41.14%
Diphosphorus pentaoxide; phosphoric acid; polyphosphoric acids	\$140,336,257	5.77%	46.91%
Ground-nut oil, crude	\$115,935,678	4.77%	51.68%
Frozen fish, excluding fillets	\$105,231,033	4.33%	56.01%
Fish, excluding fillets	\$62,711,953	2.58%	58.59%
Molluscs	\$60,499,698	2.49%	61.08%
Soups and broths	\$45,472,240	1.87%	62.95%
Cigars	\$45,185,576	1.86%	64.81%

Guine Bissau

HS4		%	%Acum
Coconuts, Brazil nuts and cashew nuts	\$92,992,234	63.12%	63.12%
Frozen fish, excluding fillets	\$58,695,242	20.19%	83.31%
Natural rubber	\$18,778,412	6.68%	89.99%
Wood in the rough	\$6,211,001	3.74%	93.73%
Ferrous waste and scrap	\$3,474,351	1.72%	95.45%
Coffee, not roasted	\$1,601,748	1.53%	96.98%
Diamonds	\$1,420,669	0.91%	97.89%
ire cord fabric of high tenacity yarn of nylon	\$849,305	0.26%	98.15%
Wood sawn or chipped of a thickness exceeding 6 mm	\$245,650	0.16%	98.31%
Tomatoes, prepared or preserved	\$150,541	0.12%	98.43%

Gambia

HS4		%	%Acum
Coconuts, Brazil nuts and cashew nuts	\$65,813,116	21.06%	21.06%
Ground-nut oil, crude	\$13,861,400	14.82%	
Titanium ores	\$9,751,555	10.50%	
Wood in the rough	\$6,910,676	9.68%	
Ground-nuts in shell	\$6,370,220	6.61%	
Fish, excluding fillets	\$4,348,175	6.54%	
Ferrous waste and scrap	\$4,302,311	4.66%	
Fish fillet or meat	\$3,069,082	2.70%	
Petroleum oils, refined	\$1,773,992	2.63%	

Frozen fish, excluding fillets		\$1,520,503	2.31%	
Maly				
	HS4	\$2,030,171,700	%	%Acum
	Gold	\$1,419,439,240	69.92%	69.92%
	Cotton raw	\$152,682,934	7.52%	77.44%
	Cotton, carded or combed	\$116,401,556	5.73%	83.17%
	Petroleum oils, refined	\$91,179,116	4.49%	87.66%
	Bovines	\$46,039,757	2.27%	89.93%
	Other oil seeds	\$20,159,409	0.99%	90.92%
	Sheep	\$20,138,922	0.99%	91.91%
	Mineral or chemical fertilizers, mixed	\$16,748,365	0.82%	92.73%
	Dates, figs, pineapples, avocados, guavas and mangoes	\$13,876,222	0.68%	93.41%
	Electronic integrated circuits	\$9,949,177	0.49%	93.90%
Niger				
	HS4	\$786,972,545 \$255,932,279	%	%Acum
	Radioactive chemical elements and radioactive isotopes		32.52%	32.52%
	Uranium or thorium ores	\$242,756,185	30.85%	63.37%
	Gold	\$75,139,953	9.55%	72.92%
	Petroleum oils, refined	\$29,751,609	3.78%	76.70%
	Petroleum oils, refined	\$29,751,609	3.78%	80.48%
	Bovines	\$26,935,835	3.42%	83.90%
	Sheep	\$14,628,988	1.86%	85.76%
	Self-propelled bulldozers, excavators and road rollers	\$13,156,707	1.67%	87.43%
	Woven fabrics of cotton of > 85% weighing < 200 g/m2	\$12,674,442	1.61%	89.04%
	Woven fabrics of cotton of > 85% weighing < 200 g/m2	\$12,674,442	1.61%	90.65%
Ivory cost				
	HS4	\$11,661,263,876	%	%Acum
	Cocoa beans, whole	\$2,829,743,022	24.27%	24.27%
	Petroleum oils, refined	\$1,259,248,829	10.80%	35.07%

Petroleum oils, crude	\$1,097,520,016	9.41%	44.48%
Cocoa paste not defatted	\$914,611,107	7.84%	52.32%
Natural rubber	\$798,067,427	6.84%	59.16%
Floating or submersible drilling platforms	\$726,229,574	6.23%	65.39%
Coconuts, Brazil nuts and cashew nuts	\$478,021,545	4.10%	69.49%
Cocoa butter, fat, oil	\$355,971,056	3.05%	72.54%
Bananas and plantains	\$244,251,452	2.09%	74.63%
Gold	\$194,042,775	1.66%	76.29%

Guinea			
HS4	\$1,647,335,970	%	%Acum
Aluminium ores	\$580,405,392	35.23%	35.23%
Petroleum gases	\$400,009,288	24.28%	59.51%
Petroleum oils, crude	\$204,267,236	12.40%	71.91%
Artificial corundum	\$165,162,634	10.03%	81.94%
Wood in the rough	\$49,513,618	3.01%	84.95%
Gold	\$49,502,179	3.00%	87.95%
Coffee, not roasted	\$37,713,005	2.29%	90.24%
Natural rubber	\$27,172,727	1.65%	91.89%
Natural rubber	\$27,172,727	1.65%	93.54%
Frozen fish, excluding fillets	\$25,608,526	1.55%	95.09%

Burkina Faso			
HS4	\$1,679,668,930	%	%Acum
Gold	\$1,015,428,819	60.45%	60.45%
Cotton raw	\$380,941,730	22.68%	83.13%
Other oil seeds	\$78,881,725	4.70%	87.83%
Reaction initiators, reaction accelerators and catalytic products	\$21,333,743	1.27%	89.10%
Dates, figs, pineapples, avocados, guavas and mangoes	\$9,491,948	0.57%	89.67%
Manganese of 47 percent or more by weight	\$8,024,368	0.48%	90.15%
Cigars	\$8,005,642	0.48%	90.63%
Coconuts, Brazil nuts and cashew nuts	\$7,058,380	0.42%	91.05%
Bovines	\$6,112,472	0.36%	91.41%

<u>Medicaments, packaged</u>				
		\$5,694,347	0.34%	91.75%
Liberia				
	HS4	\$823,955,026	%	%Acum
<u>Cruise ships and similar vessels for the transport of persons</u>		\$255,199,171	30.97%	30.97%
<u>Natural rubber</u>		\$247,330,601	30.02%	60.99%
<u>Petroleum oils, crude</u>		\$119,268,458	14.48%	75.47%
<u>Petroleum oils, refined</u>		\$90,792,140 \$14,130,152	11.02%	86.49%
<u>Yachts</u>			1.71%	88.20%
<u>Iron ores and concentrates</u>		\$13,499,544	1.64%	89.84%
<u>Ferrous waste and scrap</u>		\$7,297,186 \$4,176,812	0.89%	90.73%
<u>Gold</u>			0.51%	91.24%
<u>Tugs and pusher craft</u>		\$3,991,092	0.48%	91.72%
<u>Vessels and other floating structures for scrapping</u>		\$3,623,849	0.44%	183.44%
Sierra Leone				
	HS4	\$338,509,539	%	%Acum
<u>Diamonds</u>		\$98,361,054	29.06%	29.06%
<u>Aluminium ores</u>		\$46,091,878	13.62%	42.68%
<u>Cocoa beans, whole</u>		\$40,279,043	11.90%	54.58%
<u>Titanium ores</u>		\$27,267,739	8.06%	62.64%
<u>Niobium (columbium), tantalum, vanadium or zirconium ores</u>		\$15,000,963	4.43%	67.07%
<u>Vessels and other floating structures for scrapping</u>		\$8,899,617	2.63%	69.70%
<u>Cruise ships and similar vessels for the transport of persons</u>		\$8,155,206	2.41%	72.11%
<u>Gold</u>		\$7,358,223	2.17%	74.28%
<u>Floating or submersible drilling platforms</u>		\$6,671,970	1.97%	76.25%
<u>Ferrous waste and scrap</u>		\$6,314,430	1.87%	78.12%
Ghana				
	HS4	\$7,597,674,291	%	%Acum
<u>Gold</u>		\$3,442,335,482	45.31%	45.31%

Cocoa beans, whole	\$1,813,101,211	23.86%	69.17%
Cocoa paste not defatted	\$316,694,672	4.17%	73.34%
Manganese of 47 percent or more by weight	\$204,360,300	2.69%	76.03%
Cocoa butter, fat, oil	\$198,867,550	2.62%	78.65%
Cocoa butter, fat, oil	\$198,867,550	2.62%	81.27%
Prepared or preserved fish	\$125,517,838	1.65%	82.92%
Petroleum oils, refined	\$113,076,017	1.49%	84.41%
Wood sawn or chipped of a thickness exceeding 6 mm	\$100,373,423	1.32%	85.73%
ocoa powder, unsweetened	\$96,277,090	1.27%	87.00%

Togo

HS4		%	%Acum
Cocoa beans, whole	\$1,232,573,773	20.41%	20.41%
Cement	\$251,563,484	12.28%	32.69%
Gold	\$151,309,789	11.45%	44.14%
Petroleum oils, refined	\$141,180,198	7.54%	51.68%
Cotton raw	\$92,930,425	6.94%	58.62%
Natural calcium phosphates	\$85,481,262	6.59%	65.21%
Coffee, not roasted	\$81,166,668	3.72%	68.93%
Mineral or chemical fertilizers, mixed	\$45,853,061	2.41%	71.34%
Beauty or make-up preparations	\$29,691,976	2.16%	73.50%
Packing of goods	\$26,577,437	2.07%	75.57%

Nigeria

HS4		%	%Acum
Petroleum oils, crude	\$86,454,231,400	74.65%	74.65%
Petroleum gases	\$64,539,836,404	10.18%	84.83%
Petroleum oils, refined	\$8,799,652,162	4.69%	89.52%
Cocoa beans, whole	\$4,057,018,993	1.39%	90.91%
Floating or submersible drilling platforms	\$1,198,416,041	1.02%	91.93%
Tanned skins of other animals	\$879,230,903	0.98%	92.91%
Leather further prepared after tanning of bovine or equine animals	\$844,978,575	0.76%	93.67%
Bitumen and asphalt, natural	\$656,372,657	0.60%	94.27%
Natural rubber	\$516,391,645	0.42%	94.69%
Cotton raw	\$363,062,054	0.40%	95.09%

Anexo E - Planilha dos 10 principais parceiros

	Cabo verde		
1	Spain	\$39,296,365	62.10%
2	Portugal	\$13,022,933	20.58%
3	India	\$1,693,332	2.68%
4	Gambia	\$1,523,614	2.41%
5	United States	\$1,274,785	2.01%
6	Areas NES	\$793,174	
7	Brazil	\$760,872	1.20%
8	Korea, Rep.	\$683,194	1.08%
9	Korea, Rep.	\$683,194	1.08%
10	Belgium-Luxembourg	\$597,764	0.94%
		Benin 2008	
1	Mali	\$444,455,291	41.87%
2	Lebanon	\$169,308,983	15.95%
3	India	\$126,121,853	11.88%
4	China	\$117,525,078	11.07%
5	So. African Customs Union	\$49,334,896	4.65%
6	Indonesia	\$24,265,574	2.29%
7	Niger	\$18,562,779	1.75%
8	Cameroon	\$15,422,65	1.45%
9	Italy	\$10,809,554	1.02%
10	Thailand	\$10,056,483	0.95%
		Senegal	
1	Mali	\$614,216,765	25.27%
2	Bunkers	\$187,566,395	7.72%

3	Switzerland	\$170,735,265	7.03%
4	India	\$163,376,944	6.72%
5	France	\$126,715,373	5.21%
6	Guinea	\$89,804,710	3.70%
7	Italy	\$81,524,057	3.35%
8	Gambia	\$80,332,357	3.31%
9	Mauritan	\$75,135,494	3.09%
10	Spain	\$66,324,226	2.73%
		Guine Bissau	
1	India	\$59,882,758	64.40%
2	Togo	\$14,535,656	15.63%
3	Spain	\$6,212,830	6.68%
4	China	\$3,438,284	3.70%
5	Cote d'Ivoire	\$1,970,340	2.12%
6	Cameroon	\$1,602,890	1.72%
7	Poland	\$1,068,424	1.15%
8	United States	\$884,844	0.95%
9	Gambia	\$690,918	0.74%
10	Ghana	\$635,942	0.68%
		Gambia	
1	India	\$14,513,502	22.05%
2	China	\$13,443,827	20.43%
3	France	\$10,673,804	16.22%
4	United Kingdom	\$5,623,571	8.54%
5	United States	3,890,441	5.91%
6	Belgium-Luxembourg	\$2,373,701	3.61%
7	Senegal	\$2,009,186	3.05%
8	Spain	\$1,882,501	2.86%
9	Netherlands	\$1,576,865	2.40%

10	Thailand	\$1,309,511	1.99%
		Maly	
1	So. African Customs Union	\$1,138,504,166	56.08%
2	Switzerland	\$241,294,380	11.89%
3	China	\$95,839,668	4.72%
4	Korea, Rep.	\$83,585,462	4.12%
5	Senegal	\$66,627,540	3.28%
6	Pakistan	\$54,087,220	2.66%
7	Cote d'Ivoire	\$36,039,369	1.78%
8	Indonesia	\$31,895,617	1.57%
9	Burkina Faso	\$28,770,861	1.42%
10	Thailand	\$21,973,953	1.08%
		Niger	
1	France	\$302,881,763	38.49%
2	United States	\$105,170,625	13.36%
3	Japan	\$80,077,031	10.18%
4	Switzerland	\$76,443,560	9.71%
5	Nigeria	\$53,517,304	6.80%
6	China	\$37,749,847	4.80%
7	Spain	\$21,521,010	2.73%
8	Korea, Rep.	\$13,259,010	1.68%
9	Ghana	\$10,440,898	1.33%
10	Algeria	\$8,611,404	1.09%
		Ivory cost	
1	United States	\$1,237,300,545	10.61%

2	Netherlands	\$1,179,136,668	10.11%
3	France	\$899,634,498	7.71%
4	Germany	\$885,480,516	7.59%
5	Ghana	\$748,343,614	6.42%
6	Nigeria	\$677,620,484	5.81%
7	Italy	\$423,148,619	3.63%
8	Canada	\$366,400,369	3.14%
9	Burkina Faso	\$359,488,002	3.08%
10	Belgium-Luxembourg	\$352,416,635	3.02%
		Guinea	
1	Chile	\$385,983,251	23.43%
2	Spain	\$156,024,835	9.47%
3	Russia	\$145,141,474	8.81%
4	Ireland	\$117,127,840	7.11%
5	United States	\$97,757,824	5.93%
6	Ukraine	\$93,452,503	5.67%
7	India	\$86,714,497	5.26%
8	Germany	\$79,571,040	4.83%
9	Denmark	\$79,361,668	4.82%
10	Belgium-Luxembourg	\$69,224,715	4.20%
		Burkina Faso	
1	Switzerland	\$817,410,437	48.66%
2	So. African Customs Union	\$144,373,913	8.60%
3	China	\$98,479,304	5.86%
4	Belgium-Luxembourg	\$84,057,426	5.00%
5	Nigeria	\$66,034,706	3.93%
6	Singapore	\$62,786,707	3.74%
7	Indonesia	\$47,290,124	2.82%
8	Turkey	\$43,911,228	2.61%

9	United Kingdom	\$38,365,619	2.28%
10	Thailand	\$31,397,852	1.87%
		Liberia	
1	Poland	\$213,153,229	25.87%
2	United States	\$148,139,095	17.98%
3	Spain	\$71,523,685	8.68%
4	Denmark	\$53,058,147	6.44%
5	Germany	\$35,621,529	4.32%
6	Canada	\$34,785,302	4.22%
7	Mozambique	\$33,269,270	4.04%
8	Belgium-Luxembourg	\$26,192,337	3.18%
9	Norway	\$24,163,135	2.93%
10	Netherlands	\$22,534,842	2.73%
		sierre Leone	
1	Belgium-Luxembourg	\$97,139,225	28.70%
2	Romania	\$44,794,598	13.23%
3	United States	\$27,666,038	8.17%
4	Netherlands	\$22,175,499	6.55%
5	Germany	\$19,349,311	5.72%
6	France	\$14,364,573	4.24%
7	United Kingdom	\$13,083,345	3.86%
8	Spain	\$10,303,088	3.04%
9	China	\$9,807,552	2.90%
10	Turkey	\$9,361,013	2.77%
		Ghana	

1	So. African Customs Union		\$2,807,713,510
2	Netherlands		\$521,277,187
3	United Arab Emirates		\$353,390,140
4	United Kingdom		\$332,492,372
5	France		\$319,998,840
6	Switzerland		\$317,716,783
7	United States		\$301,508,870
8	Belgium-Luxembourg		\$233,606,161
9	Germany		\$195,580,664
10	Turkey		\$188,063,038
		Togo	
1	Germany	\$135,728,459	11.01%
2	Lebanon	\$128,541,809	10.43%
3	Mali	\$106,013,752	8.60%
4	Burkina Faso	\$96,048,605	7.79%
5	Benin	\$89,176,329	7.23%
6	Ghana	\$88,099,280	7.15%
7	Belgium-Luxembourg	\$59,733,882	4.85%
8	Belgium-Luxembourg	\$59,733,882	4.85%
9	China	\$57,705,923	4.68%
10	India	\$56,580,806	4.59%
		Nigeria	
1	United States	\$28,329,773,191	32.77%
2	India	\$7,490,762,337	8.66%
3	Brazil	\$5,315,073,013	6.15%
4	Spain	\$5,238,050,786	6.06%
5	So. African Customs Union	\$4,180,214,364	4.84%
6	France	\$3,714,195,023	4.30%
7	Netherlands	\$2,794,938,433	3.23%
8	Equatorial Guinea	\$2,675,150,792	3.09%
9	Germany	\$2,377,545,501	2.75%

10	Portugal	\$2,095,933,021	2.42%
----	--------------------------	-----------------	-------

Anexo F - Gráficos (Senegal e seus principais parceiros)

Anexo G - Gráficos (Costa do Marfim e seus principais parceiros)

Gráficos (Togo e seus principais parceiros)

Anexo H- Gráficos (Nigéria e seus principais parceiros)

Anexo I- Estimções OLS

	OLS1	OLS2	OLS_EF	OLS_EF_robust
intra	-1.006*	-3.471*	1.075	1.075
	-0.49	-1.62	-1.55	-1.28
extra	-1.32***	-1.16***	1.054	1.054*
	-0.11	-0.33	-0.66	-0.47
IPIB1	0.248***	0.021***	-0.038***	-0.038**
	-0.01	-0.01	-0.01	-0.01
IPIB2	0.160***	0.039***	0.036***	0.036
	-0.01	-0.01	-0.01	-0.02
ldistância	-0.624***	-0.317*	-0.980***	-0.980***
	-0.05	-0.16	-0.19	-0.19
contig		4.658***	3.835***	3.835***
		-0.89	-0.67	-0.58
Colonial_comum		-2.133***	0.474	0.474
		-0.41	-0.32	-0.34
colonia		3.685*	2.489*	2.489***
		-1.54	-1.04	-0.28
língua_comum		1.330***	0.239	0.239
		-0.34	-0.28	-0.24
Constant	-6.692***	-2.769	-3.106	-3.106
	-0.46	-1.41	-1.84	-1.83
R-squared	0.214		1.1589	
rmse	2.74818	1.194561	57	1.158957
N	4878	4878	4878	4878

Anexo J - Exportações em série.

	Total export Block	Export Within Block	Share	espr Out block	share	
1975	11556.02	289.93	0.025089	11266.09	0.974911	1
1976	14986.06	280.57	0.018722	14705.49	0.981278	1
1977	17112.52	446.62	0.026099	16665.9	0.973901	1
1978	15384.22	481.88	0.031323	14902.34	0.968677	1
1979	23397.45	489.58	0.020925	22907.87	0.979075	1
1980	34048.18	894.51	0.026272	33153.67	0.973728	1
1981	25322.47	891.34	0.0352	24431.13	0.9648	1
1982	19611.85	811.63	0.041385	18800.22	0.958615	1
1983	15782.54	586.47	0.037159	15196.07	0.962841	1
1984	17820.4	655.9	0.036806	17164.5	0.963194	1
1985	19240.72	654.79	0.034031	18585.93	0.965969	1
1986	12084.15	611.14	0.050574	11473.01	0.949426	1
1987	14238.74	786.04	0.055204	13452.7	0.944796	1
1988	13126.17	736.34	0.056097	12389.83	0.943903	1
1989	14887.12	915.35	0.061486	13971.77	0.938514	1
1990	19157.53	1277.51	0.066684	17880.02	0.933316	1
1991	14228.08	890.13	0.062561	13337.95	0.937439	1
1992	19977.04	1313.84	0.065768	18663.2	0.934232	1
1993	18073.3	1260.54	0.069746	16812.76	0.930254	1
1994	18597.23	1229.15	0.066093	17368.08	0.933907	1
1995	20883.08	1300.29	0.062265	19582.79	0.937735	1
1996	26450.71	1575.56	0.059566	24875.15	0.940434	1
1997	25550.49	1471.43	0.057589	24079.06	0.942411	1
1998	21506.24	1461.09	0.067938	20045.15	0.932062	1
1999	22200.18	1579.17	0.071133	20621.01	0.928867	1
2000	35552.27	1609.9	0.045283	33942.37	0.954717	1
2001	27225.97	1797	0.066003	25428.97	0.933997	1
2002	29051.62	1703.07	0.058622	27348.55	0.941378	1
2003	35862.23	2565.79	0.071546	33296.44	0.928454	1
2004	46901.74	3178	0.067759	43723.74	0.932241	1
2005	58796.45	4143.26	0.070468	54653.19	0.929532	1
2006	70733.36	4980.78	0.070416	65752.58	0.929584	1
2007	86519.61	5345.88	0.061788	81173.73	0.938212	1
2008	110280.29	7674.21	0.069588	102606.1	0.930412	1
2009	73593.3	5479.33	0.074454	68113.97	0.925546	1